

EPF

**ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E. M.,
UNIPESSOAL, LDA.**



**RELATÓRIO DE GESTÃO E
CONTAS
2024**

Relatório de Gestão – 2024

Exmos. Senhores,

No cumprimento das disposições legais e do artº 7º dos estatutos da sociedade, apresentamos a V.Exas. o presente relatório relativo à análise da atividade da entidade no decorrer do ano fiscal de 2024.

I - Balanço do ano de 2024

1. Relato genérico

A empresa municipal, entidade proprietária da escola, EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda. rege-se pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto e pelas demais legislações aplicadas à atividade empresarial local e de participações locais.

1.1 – Projetos cofinanciados

Em termos de atividade formativa, estiveram em execução os seguintes projetos, cofinanciados a 100%, pelo Programa Operacional Potencial Humano:

- Tipologia / Cursos Profissionais

1 projeto, abrangendo 12 turmas/ações e 205 alunos

a) Número de Horas

O volume de formação anual médio nesta tipologia, ronda as 224.054,52 horas de formação.

- Tipologia / Centros especializados em qualificação de adultos e processos de RVCC (Centros Qualifica)

1 projeto do Centro Qualifica, abrangendo mais de 500 adultos em 2024.

1.2 – Principais aspetos de Gestão

Como aspetos positivos,

- realça-se que no período em análise **foram mais uma vez atingidos os objetivos formativos previstos;**

- excelentes taxas de execução dos projetos;

- manutenção de reduzida taxa de desistência dos alunos;



Relatório de Gestão – 2024

- excelentes taxas de conclusão dos alunos;
- elevado número de alunos que ingressou no ensino superior;
- aprovação de novas candidaturas – no âmbito dos **Programas de Mobilidade Erasmus+**, o que proporcionará a alunos, professores e restante staff experiências internacionais de aprendizagem/partilha de conhecimento muito enriquecedoras;
- abertura das candidaturas para financiamento dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET), pelo que a EPF apresentou em dezembro de 2024 uma candidatura ao PESSOAS 2030 para o financiamento e do **Curso de Especialização Tecnológica - nível V**, na área da Robótica, Automação e Controlo Industrial, cujo funcionamento foi autorizado em 2023, o que permitirá à EPF diversificar a sua oferta formativa e dar resposta às necessidades dos seus alunos que concluem o 12º ano de escolaridade.

Como aspectos negativos,

- continuaram atrasos na resposta às candidaturas e aos pedidos de reembolso (quanto à análise e validação da despesa executada/paga) por parte do Pessoas 2030 – C. Profissionais e da ANQEP – Centro Qualifica e consequente atraso nos recebimentos. À data, a EPF ainda aguarda a validação e pagamento de despesa de projetos dos Cursos Profissionais relativos ao ano letivo 2023/2024 e do ano letivo 2024/2025 (set. a dez./2024) e o adiantamento/2024. Relativamente ao Centro Qualifica aguarda a validação e pagamento da despesa do ano de 2024, cuja despesa se encontra toda paga.

- a não existência de cantina escolar na EPF – tem sido um motivo dissuasor para os encarregados de educação inscreverem os filhos na EPF;

- elevado número de alunos com necessidades educativas especiais,

No presente ano letivo, recebemos, novamente um número elevado de alunos com Necessidades Educativas Especiais, com redução de turma, ao abrigo do Dec. Lei nº 54/2018. A Escola Profissional de Felgueiras é uma escola claramente inclusiva e que sempre se pautou por receber alunos com os mais variados perfis, de resto como preconizam os Decretos Lei nº 54/2018 e 55/2018. A EPF tem uma Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva que trabalha com os alunos que se encontram sinalizados, garantindo a aplicação de todas as medidas de apoio tendo em vista o sucesso do aluno no seu percurso escolar.

- não atualização das tabelas (custos unitários/turma) dos cursos profissionais, visto que, em 2024 os subsídios atribuídos por turma são exatamente os mesmos de 2010.

- dificuldades na angariação de novos alunos - 1º ano

Apesar de todos os esforços encetados na divulgação/promoção dos cursos e de uma forte campanha publicitária planeada e implementada ao longo de todo o ano letivo, continuamos a verificar dificuldades na angariação de novos alunos.



Relatório de Gestão – 2024

Tal facto prende-se, primeiramente, com questões demográficas, já que há cada vez menos jovens nas idades em questão. Por outro lado, pelo facto de existirem cursos profissionais em todas as escolas secundárias do concelho, diretamente concorrentes dos nossos cursos.

De salientar que as escolas, em geral, continuam pouco receptivas à nossa oferta formativa, por entenderem sermos concorrentes, dificultando, assim, a nossa entrada nos seus espaços.

Foi delineado um plano de atividades para promoção da oferta formativa nas escolas do ensino básico, onde foi possível em algumas escolas, apresentar os projetos desenvolvidos pelos alunos e divulgação da escola.

Acrescentamos que como tentativa de contrariar esta situação, e como em 2024 não se realizou a Feeltek- Mostra Tecnológica e Formativa, a EPF realizou a 1ª edição da EPFest, uma "Feira de Qualificações" e diversão para jovens.

No sentido de ultrapassar este constrangimento, aceitamos o convite de S. Tomé e Príncipe, para receber mais alguns alunos na nossa escola. Assim, acolhemos este ano mais 13 alunos, distribuídos pelas turmas do 1º ano.

- dificuldade de manutenção de reduzida taxa de desistência dos alunos.

Este indicador está dependente de fatores essencialmente externos à instituição, sendo de difícil controlo e sujeito a oscilações de ano para ano.

Esta situação prende-se com o facto do mercado de trabalho, nomeadamente a indústria de calçado, receber de braços abertos trabalhadores jovens não qualificados, não havendo dificuldade em encontrar colocação.

Ainda assim, e perante o atrás expresso, resulta claro que a escola tem uma capacidade de atração e retenção de alunos verdadeiramente assinalável, para isso contribuindo, entre outros fatores:

- a solidez e empenho do corpo docente, nomeadamente, dos professores internos que ocupam os cargos de direção de turma e coordenação e, por esta via, conseguem manter junto dos formandos um acompanhamento de proximidade, quer em termos pedagógicos, quer em termos pessoais, que maximizam a permanência;
- ênfase na realização de atividades paralelas às de contexto sala de aula;
- a atuação do Serviço de Psicologia junto dos formandos mais vulneráveis, através de acompanhamento individual, com sessões semanais de acompanhamento e orientação, bem como intervenções junto do grupo-turma com o intuito de reforçar os níveis de compromisso e empenho;
- organização de planos de acompanhamento e adequação de objetivos para os alunos que apresentam mais dificuldades;

Assim, a taxa de desistências sempre foi muito reduzida e abaixo das médias nacionais. Tal facto deve-se ao apoio individualizado que sempre foi proporcionado aos alunos e ao empenho de toda a comunidade educativa no sentido de contribuírem para as elevadas taxas de conclusão.

Ano letivo 2020/2021 ----- 5,4%

Ano letivo 2021/2022 ----- 2,6%

Ano letivo 2022/2023 ----- 3,7%

Ano letivo 2023/2024 ----- 4,3%

1.3– Outras Atividades

Foi mais um ano intenso de trabalho, em que a Escola conseguiu planear e cumprir um vasto e diversificado conjunto de atividades e projetos. A sua proatividade e espírito empreendedor –



Relatório de Gestão – 2024

denominador comum de toda a comunidade escolar – traduziram-se em resultados encorajadores e elogiosos para a instituição formativa, de que nos permitimos destacar a participação em concursos nacionais e internacionais, workshops, visitas de estudo, entre outras.

ATIVIDADES RELEVANTES 2024

No âmbito do seu Plano Anual de Atividades, a Escola Profissional de Felgueiras desenvolveu um vasto conjunto de atividades durante o ano 2024, começamos pela EPFest- a sua primeira mostra formativa.



Por outro lado, no âmbito do programa **Erasmus+**, a Escola Profissional de Felgueiras obteve a Acreditação Erasmus para o período 2024-2027, conseguindo assim autonomia para a realização de diferentes mobilidades. Iniciou, ainda, o projeto **Digital Norm**, em parceria com a Roménia e Turquia, projeto que permitirá melhorar as competências e conhecimentos dos alunos e professores na área da segurança digital e empreendedorismo.

Assim, o **Gabinete de Relações Internacionais**, criado em 2023, tem por objetivo delinear e implementar a estratégia de **Internacionalização da Escola Profissional de Felgueiras**, através de diferentes dinâmicas.



Relatório de Gestão – 2024

Ainda no âmbito do processo de internacionalização da escola, em 2024 a EPF arrecadou o galardão de **Escola Embaixadora do Parlamento Europeu**.



De seguida elencam-se algumas das atividades de maior relevância, levadas a cabo no âmbito dos diferentes cursos, tendo sido realizadas diversas Vistas de Estudo e Sessões Formativas, das quais se destacam:

- Visita à IKEA Industry
- Visita ao Porto de Leixões e Lionesa Business Hub
- Visita à empresa Super Bock
- Visita ao CTCP-Centro tecnológico do Calçado de Portugal
- Visita à empresa de Marroquinaria ATEPELI
- Safari fotográfico no Centro Histórico do Porto;
- Visita ao Cinema Verde em Viana do Castelo
- Participação na atividade Sons de Bem-Estar
- Visita à feira 360 Tech Industry - Exponor, Porto
- Visita à Mostra Nacional de Ciência - Alfândega do Porto
- Visita a diversas empresas, consoante as áreas dos cursos.
-

Sessões Formativas:

- Sessão Formativa na Bolsa, Fundação Cupertino Miranda e Alfândega Porto
- Sessão Formativa - Compra Consciente, Vive Intensamente”, DECOJovem
- Sessão formativa na Foto Íris
- Sessão Formativa - Seminário ESTG: O Desafio da Inteligência Artificial nas PME.
- Oficina “Do processo criativo à produção” em articulação com o FabLab do CTCP
- Oficina de Marroquinaria
- Sessão Formativa “Dos Pés à Cabeça, Roteiro do Conhecimento”, dinamizada pela APICCAPS.
- Sessão de Teatro “Farsa de Inês Pereira”

A semelhança do que já é tradição, e porque a EPF sempre se destacou pela participação em concursos nacionais e internacionais, no ano 2024, a Escola Profissional de Felgueiras participou em inúmeros concursos, dos quais se destacam:

- * Concurso Jovens Empreendedores – Mostra Nacional de Jovens Empreendedores
- * Concurso Jovens Cientistas-Mostra Nacional de Jovens Cientistas
- * Junior Achievement 2024
- * GreenFest Braga – Universidade do Minho, a convite da Fundação da Juventude, com projeto ECOStride



Relatório de Gestão – 2024

- * Concurso Cine Clube
- * Concurso Sardinhas 24
- * Concurso Namorar Portugal
- * Concurso de ideias e Criatividade-Montado de Sobro e Cortiça
- * VS-Solar Challenge - Rio Maior.



Na área da Robótica, a EPF participou, ainda, na *Roboparty* 2024, em Guimarães, no mês de março.

Como em anos anteriores, a EPF participou no Festival Nacional de Robótica, em Paredes de Coura, com 2 equipas, nas categorias de Busca e Salvamento. Nesta categoria, a equipa EPF Rescue Line arrecadou o 1º lugar, tendo sido apurada para a **Robocup 24**, que decorreu em julho, em **Eindhoven, nos Países Baixos**.

Atendendo aos parcos recursos da EPF e à ausência de receitas próprias, esta participação no mundial da robótica só foi possível graças à cooperação/patrocínio de diversas empresas, o que permitiu a cobertura parcial das despesas - ISI Soles, Docofil, Ambitious Brand, Mind, Sofideia, Sotubo e Restaurante "O Veleiro".

Agradecemos e reiteramos que este apoio crucial permitiu aos alunos desenvolverem o projeto com os melhores recursos e tecnologias disponíveis, garantindo uma preparação robusta para a competição.



No âmbito do **EPFest**, a Escola Profissional de Felgueiras promoveu a 2ª Corrida de Barcos Solares, **EPF Green Boat**, direcionada a todas as escolas do concelho. Na competição participaram cerca de 10 equipas, pelo que a iniciativa se revelou bem-sucedida e que se repetirá nos próximos anos.

Relatório de Gestão – 2024

1.4 – Pessoal

O corpo geral de colaboradores manteve-se estável, registando um total de 31 colaboradores internos e cerca de 22 colaboradores externos (formadores).

1.5 – Investimentos (inclui valores capitalizados)

Para 2024, estava prevista a execução integral do plano de investimentos decorrente da candidatura aprovada no âmbito do PRR, para a criação do CTE – Centro Tecnológico Especializado – Industrial, contudo, só será possível em 2025, pelo que os investimentos efetuados foram muito reduzidos. A EPF iniciou em finais de 2024, os procedimentos para a aquisição de computadores para substituição de um laboratório informático, mais concretamente, para o novo curso em funcionamento Desenho Digital 3D.

A preocupação continua, dotar a Escola de recursos, físicos e pedagógicos adequados à prossecução do objetivo de proporcionar formação de qualidade aos jovens que frequentam a EPF, tendo sempre presente a necessária adequação aos recursos financeiros disponíveis.

- Valor previsto (ativos fixos tangíveis) ---- 1.465.677,02€
- Valor realizado (ativos fixos tangíveis) ---- 2.480,36€

O desvio entre o estimado e realizado deve-se ao facto de no exercício de 2024, não existiram condições para a outorga do contrato para a aquisição dos equipamentos para o CTE – Centro Tecnológico Especializado.

2. Evolução da Atividade Formativa

Em termos globais, apesar de todos os constrangimentos, a atividade formativa da instituição desenvolveu-se equilibradamente:

➤ **Cursos Profissionais (Tipologia – Qualificação inicial ESO4.6):**

Turmas e Cursos

Manteve-se no ano letivo em curso, o número de turmas em funcionamento que é de 12, distribuídas por 4 cursos:

Técnico de Gestão – **3 turmas**

Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria – **2 turmas**

Técnico de Multimédia – **3 turmas**

Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores – **2,5 turmas**

Técnico de Desenho 3D – **1 turma**

Técnico de Instalações Elétricas – **0.5 turma**

➤ **Centro Qualifica (Tipologia – Programa de (re)qualificação de adultos):**

Relatório de Gestão – 2024

Relativamente à atividade do Centro Qualifica, há a referir que presta serviços à comunidade que consistem na informação, orientação e encaminhamento para uma formação escolar, profissional ou de dupla certificação para uma integração qualificada no mercado de trabalho.

O Centro Qualifica também é responsável por desenvolver Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) de âmbito profissional ou escolar, tendo como objetivo potenciar a melhoria das qualificações da população adulta desta área geográfica.

O financiamento deste projeto iniciou-se a 01-01-2024 e termina a 31 de dezembro de 2026.

Quadro 1 – À data de 31 de dezembro de 2024, alcançaram-se as seguintes metas físicas (em nº de adultos):

Objetivos/Execução	Metas janº a dez.-2024	Nível Básico	Nível Secundário	Profissional	Total	Taxa de Execução
Inscritos	500	100	193	205	498	100%
Encaminhados	450	93	159	167	419	93%
Encaminhados para outras ofertas	180	26	55	158	239	133%
Encaminhados para processo RVCC	270	67	113	9	189	70%
Adultos Certificados		65	49	1	115	

A estrutura do Centro Qualifica continua a trabalhar aproveitando sinergias com instituições locais e regionais, fazendo da itinerância um fator preponderante da sua atratividade, e levando oportunidades de qualificação mais próximo de eventuais interessados, de maneira a elevar os níveis de execução.

A concretização dos objetivos/metas funciona numa ótica anual, e no período de janeiro a dezembro de 2024, tal como nos anos anteriores apresenta-se uma excelente execução.

3 – Breve Enquadramento Económico-Financeiro

3.1 - Reembolsos

Tendo em conta a origem da oferta formativa ministrada no exercício, manteve-se o contexto de exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/PORTUGAL 2030) e da Receita Pública Nacional (Entidade Proprietária).



Relatório de Gestão – 2024

Assim, em termos de situação parcial aferida ao final de 2024, da formação cofinanciada e outros projetos, a situação de resarcimento/reembolso era a seguinte:

Quadro 1 – Ponto de situação de reembolsos por receber

Projetos - Candidatura/Montante Aprovados		Valores a Receber
PESSOAS 2030 – C. Profissionais – 2023/2024 - Proj. nº -01022300	1.513.148,44 €	1.096.202,36 €
PESSOAS 2030 – C. Profissionais – 2024/2025 - Proj. nº 01745600	1.453.661,14 €	1.453.355,04 €
ERASMUS Proj. nº 175680	60.000,00 €	12.000,00 €
ERAMUS Proj. nº 202919	34.201,00 €	6.840,20 €
CMF – Equilíbrio Financeiro	134.000,00 €	134.000,00 €
Subsídio PRR - CTE	1.191.607,33 €	595.803,66 €
PESSOAS 2030 - Centro Qualifica - Proj. nº 01175500	398.938,93 €	365.029,12 €
SITUAÇÃO FINAL	4.785.556,84 €	3.663.230,38 €

3.2 – Análise de Gastos e Rendimentos

Relativamente à matriz de custos do período, mantém-se a filosofia de um controlo assertivo dos gastos, visando um constante e consistente equilíbrio financeiro que permita o funcionamento adequado da entidade no respeito pelos recursos financeiros que tem à sua disposição, postura que o histórico da entidade confirma e comprova.

Na constituição da estrutura de custos continua a confirmar-se um forte peso da conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, cujo total foi:

Em 2024: 549.373,93€

Em 2023: 653.921,40€

Quadro 2 - Mapa de Análise Comparativa de Rubricas/ Custos mais relevantes

Rubricas	Exercícios		Variação %
	2024	2023	
*Alimentação – Formandos	194 634,00	155 079,35	26%
*Transporte – Formandos	64 058,07	120 717,48	-47%
Honorários	106 458,00	128 784,73	-17%
Trabalhos Especializados	42 950,54	109 498,74	-61%
*Alojamento Formandos	45 563,89	15 826,04	188%
Materiais Pedagógicos para os diferentes cursos	13 945,58	16 859,03	-17%

Da análise do quadro anterior, ressaltam algumas variações significativas, tais como o aumento das despesas com refeições e alojamento de alunos - resultou essencialmente do acréscimo do número

Relatório de Gestão – 2024

de alunos oriundos de S. Tomé e Príncipe, os quais têm direito a subsídio de almoço, jantar e alojamento.

Assistimos a uma “expressiva” redução das despesas com transporte de alunos, na sequência da aplicação da Portaria nº7- A/2024 - atribuição dos passes gratuitos para jovens estudantes. Como se pode verificar a redução ficou muito aquém dos 100%, o que reflete uma deficiente e reduzida rede de transportes públicos. Por isso, a EPF continua a recorrer à contratação de um autocarro diário e táxi para um grupo significativo de alunos.

*Despesas financiadas na modalidade de custos reias - reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos.

Os gastos com honorários “diminuíram” relativamente a 2023, visto que, no ano anterior tinha ocorrido um acréscimo pontual resultante do aumento do volume de trabalho/formação por parte do Centro Qualifica, Cursos Profissionais e do Projeto Erasmus.

A rubrica Trabalhos Especializados diminuiu significativamente porque em 2023 sofreu um acréscimo pontual devido às despesas com o projeto de Execução – requalificação para a criação do CTE – Centro Tecnológico Especializado - obras de remodelação e eficiência energética.

A rubrica de material pedagógico diminuiu, resultado do investimento do ano anterior e da reutilização de alguns equipamentos e materiais.

Também muito relevante, dado o peso significativo na atual estrutura de custos, os **Gastos com Pessoal**, cujo total ascendeu a:

em 2024: 894.529,06€ em 2023: 831.095,87€

Esta variação de 63.433,19€, é consequência da atualização salarial, resultado de:

- aplicação da Portaria de extensão do contrato coletivo de trabalho (CNEF e a FNE) - Portaria nº 199/2024/1, de 28 de agosto, cujas tabelas salariais e as cláusulas de natureza pecuniária retroagiram a 01 de fevereiro de 2024 e extensível a todos os trabalhadores;
- para alguns colaboradores ocorreu simultaneamente a progressão na carreira/mudança de escalão.



Relatório de Gestão – 2024

3.3 – Análise das Rubricas do Balanço

No capítulo Meios Financeiros Líquidos – a EPF apresenta um saldo bancário e caixa no valor de 849.634,59€, que resulta maioritariamente do adiantamento do projeto do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), destinado ao Centro Tecnológico Especializado na área industrial (586.695,81€). Apesar de não ter iniciado a sua execução em 2024, devido a questões processuais complexas e morosas, e porque só recebemos orientações concretas da DGEST e da IGeFE após o 1º trimestre, tais como a recuperação do IVA, e outras questões legais.

Para além das contas bancárias, a EPF dispõe de uma conta caucionada com um “plafond” disponível de 325.000,00€. Em 2024 a conta foi pontualmente utilizada, inclusivamente, no último trimestre não foi movimentada.

O passivo foi marcado por um aumento devido essencialmente à rubrica diferimentos, pela aprovação da candidatura dos cursos profissionais. Contudo, a rubrica financiamentos obtidos aumentou muito, resultado do empréstimo concedido pela DGEST - Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2023 que criou uma medida temporária de financiamento dos cursos profissionais para o ano letivo 2023/2024 pela via do Orçamento do Estado (adiantamento no valor de 1.200.118,85€, a devolver após o reembolso do PESSOAS 2030).

As contas a pagar a Fornecedores e Estado e Outros Entes Públicos totalizam um saldo de 123.833,81 €, registando-se um acentuado decréscimo relativamente a 2023, cujo valor ascendeu a 217 708,58 €. **Tal como em 2023,** apesar da entidade revelar uma excelente liquidez apresenta um significativo saldo em dívida, contudo, **os saldos de fornecedores não estavam vencidos, pelo que não foram pagos.**

Continuaram a registar-se atrasos significativos na análise e validação da despesa executada e paga, no âmbito das candidaturas e dos pedidos de reembolso apresentados pela EPF, quer no domínio dos Cursos Profissionais (Programa Pessoas 2030 – Componente Profissionais), quer no Centro Qualifica (sob tutela da ANQEP). Estes atrasos resultaram, por conseguinte, em atrasos nos recebimentos por parte da entidade. À data da presente análise, a EPF ainda aguarda a validação e o correspondente pagamento de despesa relativa a projetos dos Cursos Profissionais dos anos letivos de 2023/2024 e 2024/2025 (setembro a dezembro de 2024), bem como o pagamento do adiantamento referente ao ano de 2024. No que respeita ao Centro Qualifica, permanece igualmente pendente a validação e pagamento da despesa realizada durante o ano civil de 2024, a qual já se encontra integralmente liquidada aos fornecedores e prestadores de serviços. Esta conjuntura teve impacto direto na composição do balanço, em particular no aumento da principal rubrica do ativo, correspondente a créditos a receber por financiamento público aprovado e executado. A responsabilidade por este aumento encontra-se diretamente relacionada com os atrasos sistemáticos dos organismos competentes na validação da despesa submetida, comprometendo a regularidade dos fluxos de caixa e exigindo uma gestão prudente da tesouraria por parte da EPF.

Reiteramos que não existem dívidas em mora.



Relatório de Gestão – 2024

3.4 – Execução Orçamental das contas patrimoniais

A execução dos rendimentos e gastos apresentados contemplam os orçamentos previsionais e as contas de exploração, ou seja, os rendimentos e gastos reconhecidos contabilisticamente **de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.**

Para o ano de 2024, a execução de rendimento foi assegurada e materializada pela aprovação das candidaturas financeiras que foram realizadas ao PESSOAS 2030/FSE nas diversas tipologias – Cursos Profissionais de nível IV (ano letivo 2024/2025 – janº a agosto), Tipologia 3.1 - Centro Qualifica e pela Agência Nacional para a Gestão do Programa ERASMUS+ Educação e Formação.

Quadro 3 - Execução dos Rendimentos

Descrição	Orçamento de Exploração 2024	Resultado Exploração 2024	Taxa de Execução	Desvios Anuais	
				em valor	em %
Total de Rendimentos	1 550 188,60€	1.574.065,16€	102%	+23.876,56€	1,54%
Subsídios à Exploração	1 540 322,03€	1.559.838,07€	101%	+19.516,04€	1,27%
PESSOAS 2030 – Cursos Profissionais	1 411 252,03€	1.293.687,64€	92%	-117.564,39€	-8%
PESSOAS 2030 - Centro Qualifica	129 070,00€	136.981,43€	106%	7.911,43€	6%
ERASMUS (6971-2140)		-4 831,00€		-4 831,00€	-100%
CMF – Equilíbrio Financeiro		134.000,00		134.000,00	100%
Outros Rendimentos e Ganhos	9 866,57€	14 227,09€	144%	4 360,52€	44%
Outros Rendimentos e Ganhos	9 866,57€	14 227,09€	144%	4 360,52€	44%

A taxa de execução física dos projetos e a aprovação da despesa apresentada à data foram positivos e cumprem o aprovado em sede de candidaturas, ou seja, ultrapassa os 90% contratualizados.

Como se pode verificar, a rubrica de Subsídios à Exploração aumentou significativamente e deve-se essencialmente à receita recebida do Município para reequilíbrio financeiro no valor de 134.000€ (dos quais, aproximadamente 80.000€ - para cobertura da despesa resultante da anulação do subsídio recebido em 2023 relativa ao projeto de execução – requalificação para o CTE , obras de remodelação e adequação dos espaços, e aproximadamente 54.000€ RAI negativo proveniente de despesas não previstas – resultante de correções de financiamentos de exercícios anteriores por parte do FSE, em sede de saldo final no valor de 23.072€, gastos com revisão de preços com o projeto de arquitetura 6.100€, acréscimo de despesas com notariado – taxa paga ao Tribunal de Contas e despesas/"taxas" com o lançamento de um grande número de concursos públicos 3.900€ e acréscimo salarial face ao previsto no valor de 20.377€).

Esta prática encontra respaldo no artigo 40.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2012, permitindo evitar o encerramento do exercício com resultado negativo.



Relatório de Gestão – 2024

O aumento/desvio positivo da rubrica Outros Rendimentos e Ganhos deve-se aos valores recebidos dos patrocínios para a participação dos nossos alunos no mundial de robótica - 4.100,00€.

Quadro 4 - Execução dos Gastos

Descrição	Orçamento de Exploração 2024	Resultado Exploração 2024	Taxa de Execução	Desvios Anuais	
				em valor	em %
Total de Gastos	1 550 188,60	1 573 082,28	102%	22.893,68	1,48%
CMVMC	4 906,20	5 885,71	120%	979,51	20%
Fornecimento e Serviços Externos	611 625,02	549 373,93	90%	-62 251,09	-10%
Gastos com o Pessoal	874 151,85	894 529,06	102%	20 377,21	2%
Gastos de Depreciação e Amortização	53 195,88	47 976,66	90%	-5 219,22	-10%
Outros Gastos e Perdas	3 356,07	74 064,25	2 207%	70 708,18	2 107%
Gastos e Perdas Financiamento	2 953,58	1 252,67	42%	-1 700,91	-58%

O desvio da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, deve-se essencialmente ao decréscimo de gastos diretos com alunos – financiados a custos reais, essencialmente deslocações e alimentação, visto que variam diretamente em função do número de alunos. Contudo assistimos a um acréscimo de despesas não previstas, tais como, de notariado pela necessidade de lançamento de múltiplos concursos públicos, trabalhos especializados essencialmente o gasto relativo à revisão do projeto de arquitetura, entre outras.

Os gastos com o pessoal registaram um acréscimo/desvio positivo, justificado pela atualização dos salários, cujo pressupostos foram alterados na sequência da portaria de extensão – CCT do Ensino das Escolas Profissionais (ANESPO, CNEF e FNE).

As depreciações e amortizações sofreram um desvio negativo, pelo facto de muitos bens se encontrarem no final de vida útil.

O desvio positivo de Outros Gastos e Perdas deve-se essencialmente ao desconhecimento da receita registada e recebida em 2023, conforme deliberação da Câmara Municipal de 19 de dezembro de 2024, relativa à anulação da deliberação de 03-08-2023 (aprovação da minuta do protocolo celebrado com a EPF – Empresa Profissional de Felgueiras, E.M., referente à participação municipal para projeto de execução de obra de requalificação para o CTE, obras de remodelação e adequação dos espaços).

Os Encargos Financeiros suportados ficaram aquém do previsto, devido à menor utilização da conta corrente caucionada.



II – Contabilidade de Gestão

De acordo com a Norma de Contabilidade Pública n.º 27 – Contabilidade de Gestão, existe um conjunto de informações oriundas da Contabilidade de Gestão que devem ser divulgadas no Relatório de Gestão.

Assim, o Relatório de Gestão de 2024 reflete a implementação da Contabilidade de Gestão, garantindo a apresentação de informação fiável conforme previsto no parágrafo 34 da NCP 27.

1 – Contabilidade de Gestão

1.1 - Enquadramento e Modelo Conceitual Adotado

A contabilidade de gestão ou de custos surge para colmatar as limitações da informação produzida pela contabilidade financeira e pela contabilidade orçamental. Em suma, a contabilidade de gestão e de custos tem um âmbito específico, informal, detalhado, interno e estratégico que a distingue da contabilidade financeira e orçamental. Deste modo, a contabilidade de custos e de gestão visa informar sobre os recursos utilizados, avaliar se esses recursos são usados de forma eficiente e eficaz, bem como verificar se os resultados esperados foram alcançados.

Conforme mencionado anteriormente, o Decreto-Lei 192/2015, que aprovou o SNC-AP, tornou-se de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2018, exceto para as autarquias locais que se encontram obrigadas à sua aplicação desde janeiro de 2020. Entre as mudanças introduzidas pelo SNC-AP ao nível da contabilidade de custos, a NCP 27 define apenas as linhas gerais e orientadoras da contabilidade de custos e gestão, proporcionando orientações para que cada entidade possa desenvolver o seu próprio modelo adequado à sua realidade.

Apesar desta recente obrigatoriedade, a EPF sempre utilizou este sistema de custeio como instrumento primordial e indispensável para uma boa e correta gestão da sua atividade e recursos, implementando-o e usando-o há mais de 30 anos. Este subsistema de Contabilidade de Gestão, também conhecido como contabilidade analítica ou de custos, permite a obtenção de informação sustentada na performance económica da EPF. Possibilita a aferição dos custos diretos e indiretos por cursos, turmas e por aluno, bem como a análise comparativa dos rendimentos e gastos, distribuição segundo as chaves de imputação e regras do PESSOAS 2030/turmas, entre outros.

Em resumo, a contabilidade de gestão e de custos na EPF é uma ferramenta essencial que assegura uma gestão eficiente dos recursos e contribui para a tomada de decisões estratégicas baseadas em dados detalhados e precisos.



1.2 Subsetor da Educação

Tendo a NCP 27 recomendado o uso do Custo baseado nas Atividades - ABC, e o registo das transações num conjunto de contas definidas no Manual de Implementação do SNC-AP – versão 2, na classe 9.

O desenvolvimento do sistema ABC tem de atender à realidade e especificidade de cada entidade.

No caso da Educação, § 35 da NCP 27 refere que devem ser fornecidos mapas pelo sistema de contabilidade de custos:

- Por cada curso, indicando os custos diretos e indiretos, os custos por estudante, as receitas imputadas, quando aplicável, e por resultados económicos;
- Por cada centro de investigação, indicando o custo por projeto e respetivos rendimentos;
- Por cada serviço prestado à comunidade, incluindo custos diretos e indiretos, ...
- Por cada atividade/serviço de apoio aos estudantes, incluindo o custo por cada refeição, custo por aluno/cama,

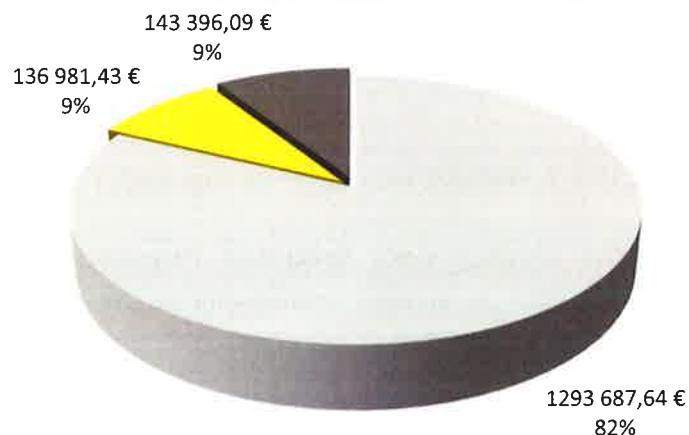
1.2.1 – EPF - Formação Profissional/Jovens e Formação de Adultos

O controlo dos gastos e/ou rendimentos dos centros de custos (Contas da Analítica) é efetuado através da aplicação informática – “Primavera BSS”, com a Classe 9 destinada ao subsistema de Contabilidade de Gestão que nos permite aferir Custos Totais, Custos Diretos e Custos Indiretos por projeto, curso, turma e gasto/aluno (“custo médio / rendimento médio”).

A classe 9 – funciona como espelho das contas registadas na contabilidade financeira da classe 6 (gastos) e da classe 7 (rendimentos).

2. Apresentação dos Resultados

2.1 – Estrutura de rendimentos 2024



Formação de Jovens - CP Formação de Adultos - CQ Bar / Outros



Relatório de Gestão – 2024

2.2. Receitas, Estrutura de Custos

Exclusiva dependência de receitas oriundas dos *Subsídios - Fundos Comunitários (FSE/PESSOAS 2030)* e da *Receita Pública Nacional (Entidade Proprietária)*.

2.2.1 - Cursos Profissionais conferentes do nível 4 de QNQ

Forma de apoio:

O apoio concedido reveste a natureza de subvenção não reembolsável, através das modalidades de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos e da tabela normalizada de custos unitários, nos termos previstos, respetivamente, nas alíneas a) e c) do nº 2 do artº 7º do D.L. nº159/2014, consoante a tipologia de beneficiários, e nos termos descritos nos subpontos seguintes:

2.2.1.1- Modalidade de tabela normalizada de custos unitários turma (custos simplificados) - segundo a tabela de custos concedidos por turma e por curso, e de acordo com as regras de elegibilidade (nº mínimo de alunos por turma - com correção financeira/redução do financiamento, se inferior, se ocorrerem desistências, transferência de alunos, excesso de faltas, ...) Esta modalidade de custos unitários é a rubrica 9 - *Custos Operacionais de Funcionamento* dos cursos apoiados.

2.2.1.2 – Custos Reais - *Modalidade de reembolso de custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos*, de acordo com as regras, valores e limites legais estabelecidos na portaria nº 60-A/2015, de 2 de março, na redação que lhe foi dada pela Portaria 122/2016. São elegíveis na Rubrica 1 – Encargos com formandos → Bolsas de Profissionalização, Bolsas para Material de Estudo, Encargos com Transporte, Encargos com alimentação, Alojamento, ...

2.2.2 - Formação de Adultos – Centro Qualifica

Forma de apoio:

O apoio concedido reveste a natureza de subvenção não reembolsável, através da modalidade de taxa fixa, conforme previsto no nº 1 do artº 32º do RECH e tal como resulta da Deliberação nº1/202, da CIC Portugal 2020.

O cálculo do custo é total é efetuado com base em *resultados contratualizados e assenta nos seguintes fatores:

2.2.2.1 – Custos diretos com recursos humanos, com base em custos reais evidenciados em documentos de suporte, nomeadamente recibos de vencimento ou outros documentos contabilisticamente válidos.

2.2.2.2 – Custos indiretos com a operação, resultante da aplicação de uma taxa fixa de 15% sobre os custos diretos elegíveis, nos termos referidos no número anterior.

*Apenas são elegíveis as operações dos Centros Qualifica que se comprometam a inscrever 400 ou mais candidatos por cada período de 12 meses, a contar da data de início da operação.

Relatório de Gestão – 2024

2.2.3 - Bar Escolar (valor pouco expressivo) – serviço de bar que funciona durante os intervalos para alunos, professores e restantes colaboradores (venda de alguns géneros alimentares e bebidas).

2.2.4 - Outros (valores irrelevantes) – prémios, donativos, cedência a título oneroso de salas para formação.

3 – Análise comparativa dos custos e rendimentos

Os Custos Indiretos são distribuídos de acordo com as regras de financiamento do POCH (Projetos, Cursos e Turmas), ou seja, as chaves de imputação foram construídas, tendo em consideração os 2 Centros de Custos em execução no período, relativos aos Projetos, atualmente em curso:

- 1 Projeto na Tipologia – 12 ações de Cursos Profissionais
- 1 Projeto na Tipologia – 1 ação de Centro Qualifica

As taxas de imputação foram encontradas com base no número médio de Horas de Ocupação Formativa Semanal (HOS), por ação.

No que se refere aos custos, concretamente ao sistema de custeio adotado, foi o sistema de custeio total, onde são imputados todos os gastos e rendimentos à atividade/analítica.

Distribuição segundo as chaves de imputação (regras do PESSOAS 2030/Cursos e Turmas, conforme referido anteriormente).

Os quadros seguintes apresentam:

- os custos diretos e indiretos de cada serviço e operação/projeto;
- os rendimentos diretamente associados a cada serviço e atividade/projeto.



Relatório de Gestão – 2024

Quadro 1 – Custos Elegíveis 2024 – Projeto/Curso

Fonte: Elaboração própria, com base no Balancete Analítico do Plano Analítico do ano de 2024 - SNC-AP.

CUSTOS POR PROJETO / ATIVIDADE							Montantes expressos em euros	
GASTOS	CURSOS PROFISSIONAIS - PESSOAS 2030 - PROJ. nº 01022300 (janº a agosto)						CENTRO QUALIFICA	BAR / OUTROS
	GST	DCM	EAC	MLT	D3D	IE		
CUSTOS DIRETOS								
11-Bolsa Estudo	2 478,50	1 553,25	2 846,00	1 308,75				
12-Bolsa Profissionalização	2 428,00	1 667,61	4 486,95	2 271,69				
15-Enc. Alimentação	32 256,00	25 296,00	39 570,00	29 760,00				
16-Enc. Transporte	7 224,82	7 796,01	16 780,61	8 609,66				
17-Enc. Alojamento	12 539,31	8 215,41		2 306,08				
18-Enc. Outros Encargos	181,04	161,47	188,28	134,53				
CUSTOS INDIRETOS								
211-Formadores Internos	63 799,45	46 484,95	116 333,31	63 390,16				
213-Formadores Externos	9 540,48	17 868,91	4 984,25	11 718,84				
3-Pessoal n/Docente	50 286,21	50 286,49	58 674,12	41 898,60				
4-Amortizações	7 760,31	7 760,38	7 760,38	7 760,38				
5-Encargos Diretos	9,86	1 457,07	6 774,03	145,51				
6-Encargos Gerais	15 055,42	16 374,50	23 525,53	12 511,01				
SUB-TOTAL	203 559,40	184 942,05	281 923,46	181 815,21				
CURSOS PROFISSIONAIS - PESSOAS 2030 - PROJ. nº 01745600 (set. a dezembro)								
CUSTOS DIRETOS								
211-Bolsa Estudo	1 740,25	1 369,50	1 476,50	2 723,00	725,50			
212-Bolsa Profissionalização								
270-Enc. Alimentação	17 664,00	11 220,00	15 906,00	15 102,00	5 304,00	2 556,00		
280-Enc. Transporte	4 012,86	1 836,26	6 982,71	4 259,30	1 078,85	981,99		
290-Enc. Alojamento	12 195,10	5 703,60	576,51	1 629,60	2 398,28			
210-Enc. Outros Encargos	78,55	70,70	59,36	48,06	22,59	11,33		
CUSTOS INDIRETOS								
94130-Formadores Internos	43 523,96	20 562,37	59 020,62	38 584,67	15 783,24	4 355,49		
94140-Formadores Externos	4 148,40	6 042,00	2 066,40	7 891,80	1 633,20	33,60		
94100-Pessoal n/Docente	28 374,41	28 082,03	28 857,34	19 082,17	8 979,81	4 489,93		
943-Amortizações	3 895,00	3 894,99	3 271,80	2 648,59	1 246,39	623,19		
944-Encargos Diretos	1 341,86	2 463,39	3 884,64	1 126,61	670,57	247,80		
945-Encargos Gerais	7 419,23	7 315,14	6 035,65	4 887,87	2 658,48	1 147,87		
SUB-TOTAL	124 393,62	88 539,98	128 137,53	97 983,67	40 500,91	14 427,20		
Total C. Profissionais						1 346 223,03		
CENTRO QUALIFICA - PESSOAS 2030 - Proj. nº 01175500								
CUSTOS DIRETOS								
1-Outros Encargos							114 534,39	
CUSTOS INDIRETOS								
2-Encargos Gerais							4 801,60	
SUB-TOTAL							118 335,99	
BAR / OUTROS								
CUSTOS DIRETOS / INDIRETOS								
Total Encargos								107 523,26
SUB-TOTAL								107 523,26
TOTAL (Cursos Profissionais/Centro Qualifica/Bar/Outros)	327 953,02	273 482,03	410 060,99	279 798,88	40 500,91	14 427,20	119 335,99	107 523,26
							TOTAL DE GASTOS	1 573 082,28

Nota adicional: Tal como referido anteriormente a EPF ministra os seguintes cursos/formação:

GST - Técnico de Gestão – 3 turmas

DCM - Técnico de Desenho de calçado e Marroquinaria – 2 turmas

MLT - Técnico de Multimédia – 3 turmas

EAC - Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores – 2,5 turmas

D3D – Técnico de Desenho 3D – 1 turma

IE – Técnico de Instalações Elétricas – 0,5 turma

CQ - Centro Qualifica

Relatório de Gestão – 2024

Quadro 2 – Rendimentos 2024 – Projeto/Curso

RENDIMENTOS								Montantes expressos em euros		
OPERAÇÃO / PROJETO	CURSOS PROFISSIONAIS						CENTRO QUALIFICA	ERAMUS	BAR / OUTROS	
	GST	DCM	EAC	MLT	D3D	IE				
CURSOS PROFISSIONAIS - POCH PROJ 668	-4968,95	-5606,91	-5606,91	-5265,03						
CURSOS PROFISSIONAIS - PESSOAS 2030 - PROJ.300	176 265,02	176 094,67	193 375,12	164 316,33						
CONTRATO PROGRAMA	31105,59	31075,53	34125,02	32526,41						
CURSOS PROFISSIONAIS - PESSOAS 2030 - PROJ.600	95 326,42	64 006,06	70 071,99	94 795,80	36 120,89	27 424,83				
CONTRATATO PROGRAMA	16 822,31	11 295,19	12 365,64	16 728,67	6 374,27	4 839,68				
CENTRO QUALIFICA - POCH110							5 266,85			
CENTRO QUALIFICA - PESSQAS 2030 - PROJ.500							111 957,37			
CONTRATATO PROGRAMA							19 757,18			
ERASMUS								+ 4 831,00		
BAR/OUTROS									14 227,09	
EQUILIBRIO FINANCEIRO									134 000,00	
SUB-TOTAL	314 630,39	276 864,54	304 330,86	323 102,18	42 495,16	32 284,51	136 881,43	+ 4 831,00	148 227,09	
							1 426 838,07			
								OUTRAS RECEITAS	148 227,09	
								TOTAL RENDIMENTOS	1 574 065,16	

Quadro 3 – Resultado - Curso

OPERAÇÃO / PROJETO	CUSTOS POR PROJETO / ATIVIDADE						Montantes expressos em euros		
	CURSOS PROFISSIONAIS						CENTRO QUALIFICA	ERAMUS	BAR / OUTROS
OPERAÇÃO / PROJETO	GST	DCM	EAC	MLT	D3D	IE			
RECEITAS	314 630,39	276 864,54	304 330,86	323 102,18	42 495,16	32 264,51			
GASTOS	327 953,02	273 482,03	410 060,99	279 798,88	40 500,91	14 427,20			
RESULTADO BRUTO	- 13 322,63	3 382,51	-105 730,13	43 303,30	1 994,25	17 837,31			

Da comparação destes mapas, confirma-se o resultado/total, que é também o verificado no balancete da contabilidade financeira, bem como da demonstração de resultados por natureza para o mesmo período de relato.

Os valores dos resultados por cursos apresentam grande disparidade, no caso específico de EAC os resultados negativos devem-se essencialmente ao facto da quase totalidade de professores serem internos e vinculados à EPF há muitos anos. Ainda relativamente a este curso, acresce também o facto de ser o curso que apresenta maior consumo de materiais pedagógicos e consumíveis. Contrariamente, o curso de MLT é o curso que apresenta o maior número de formadores externos.

O curso de IE, iniciou em setembro de 2024 pelo que ainda não registou grandes gastos com materiais e/ou equipamentos.



III – Perspetivas de Evolução

Apesar de todas as incertezas e constrangimentos atuais, não se põe em causa a continuidade da Escola, nem o seu bom desempenho, pelo contrário, espera-se uma maior projeção da escola num mundo cada vez mais global.

A oferta formativa da entidade manter-se-á dentro das mesmas tipologias formativas do passado.

- 12 ou 13 ações de cursos profissionais;
- Manutenção do Centro Qualifica.

A EPF continua a encetar todos os esforços no sentido de adequar e alargar a sua oferta formativa, pelo que se prevê para o próximo ano letivo a entrada em funcionamento de um Curso de Especialização Tecnológica, nível V, na área da Robótica, Automação e Controlo Industrial.

Prevê-se a conclusão da criação do CTE - Centro Tecnológico Especializado da Escola Profissional de Felgueiras no ano de 2025, o que implica a aquisição de todos os equipamentos e a realização das obras necessárias e previstas de conservação/adaptação dos espaços, sob pena do CTE não vir a funcionar conforme o projetado.

Para a execução da obra contamos com a necessária intervenção do município de Felgueiras – senhorio do imóvel – para a realização de obras de conservação necessárias no referido imóvel (exº remoção dos telhados em fibrocimento, paredes, casas de banho, ...), conforme previsto no artigo 1074º da Lei 6/2006, de 27 de fevereiro, que regula o RAU.

Essas obras são na sua maioria infraestruturais, que inviabilizam a sustentabilidade de quaisquer investimentos no seu interior, sendo cruciais para que o imóvel seja mantido em bom estado de conservação, com o intuito de assegurar que continue a ser adequado ao uso a que se destina.

Isto pressupõe a confirmação por parte do Município de Felgueiras da transferência da responsabilidade parcial da obra para o Município, de acordo com as instruções e clarificações da IGeFE (despesa suportada pela EPF no valor aprovado em sede de candidatura – 350.849,20€ e o restante suportado pelo Município), pelo que é premente o deferimento do pedido da EPF ao Município e o rápido lançamento da empreitada.

A importância da EPF ter sido selecionada como o único Centro Tecnológico Especializado Industrial no concelho tem um forte impacto positivo para o Município de Felgueiras, enquanto entidade proprietária, e é uma oportunidade estratégica para estar diretamente associado a uma série de benefícios educativos, económicos e sociais para a região.

Para além disso, a EPF com o status de CTE Industrial, reforçará o reconhecimento e credibilização por parte das empresas e contribuirá para o desenvolvimento de um ambiente concelhio mais qualificado e competitivo.

Numa região com uma forte base industrial, a adaptação às mudanças tecnológicas é fundamental. A EPF enquanto CTE, reforça o seu papel de Centro Qualifica de formação contínua de adultos, oferecendo programas de atualização para profissionais já empregados ou desempregados, ajudando na reconversão de competências e na adaptação a novas tecnologias e processos industriais.

Finalmente, A EPF pode integrar e ajudar a alavancar o “hub” de desenvolvimento tecnológico da região, ajudando a criar um ecossistema favorável à criação de novas empresas.



Relatório de Gestão – 2024

IV – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

No período compreendido entre o encerramento do exercício de 2024 e a data de elaboração do presente relatório, registaram-se os seguintes factos com impacto relevante na atividade e situação económico-financeira da entidade:

1. Assinatura do Contrato-Programa com o Município de Felgueiras

No dia 14 de março de 2025 foi celebrado contrato-programa com o Município de Felgueiras, referente ao apoio à atividade da entidade no ano de 2024, nos termos do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Este instrumento visa assegurar a continuidade e estabilidade das atividades educativas e formativas desenvolvidas, através da atribuição de financiamento destinado a cobrir parte dos encargos com o funcionamento.

2. Aceitação do Financiamento – Programa PESSOAS 2030 (Cursos Profissionais)

Foi assinado o Termo de Aceitação da candidatura aprovada no âmbito do Programa PESSOAS 2030, referente ao Projeto n.º 01745600, respeitante ao ano letivo de 2024/2025. Este financiamento permitirá o desenvolvimento dos cursos profissionais aprovados, abrangendo despesas com recursos humanos, aquisição de equipamentos, materiais pedagógicos e outras despesas elegíveis à luz da regulamentação aplicável.

3. Assinatura do contrato para aquisição dos equipamentos para o CTE, projeto financiado no âmbito do PRR.

4. Pedido de Reequilíbrio Financeiro ao Município de Felgueiras

Após o termo do exercício, foi formalizado e aprovado, junto do Município de Felgueiras, um pedido de apoio financeiro ao abrigo do artigo 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, com vista à reposição do equilíbrio da exploração relativa ao exercício de 2024. Este pedido teve por base o acréscimo de encargos estruturais com pessoal e funcionamento e o desfasamento entre a execução das despesas e o recebimento dos apoios previstos nos programas públicos e comunitários.

Apesar da deliberação municipal ter ocorrido em 2025, o apoio financeiro solicitado reporta-se a condições de desequilíbrio já existentes à data de 31 de dezembro de 2024, pelo que constitui um **evento ajustável**. Assim, o respetivo impacto é reconhecido nas demonstrações financeiras do exercício de 2024.



V – OBJETIVOS E POLÍTICAS DA EPF EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

• Risco Financeiro

A EPF, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de crédito. Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da sua atividade e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

• Risco de Taxa de Juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da EPF denominada em euros.

• Risco de liquidez

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como, para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes políticas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afetam todos as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos (neste momento não existe dívida financeira que justifique qualquer medida por parte da gestão);
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

Relatório de Gestão – 2024

VI – Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 40.º da Lei 50/2012, que obriga ao reequilíbrio financeiro das empresas locais, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados negativos do exercício:

1. Resultados do Exercício:

- Saldo positivo: 489,03 (quatrocentos e oitenta e nove euros e três cêntimos).

2. Proposta de Aplicação:

- Transferência de 489,03 (quatrocentos e oitenta e nove euros e três cêntimos) para Resultados Transitados.

VII – Outros assuntos

Informação divulgada de acordo com a NCP 26 - "Contabilidade e Relato Orçamental", do SNC-AP.

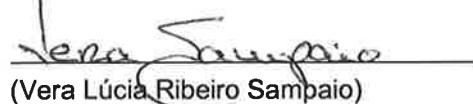
Não existem dívidas em mora ou acordos com o Estado nem com a Segurança Social.

VIII - NOTA FINAL

Em sede de encerramento deste exercício, a gerente aproveita a oportunidade para renovar o seu agradecimento à Câmara Municipal de Felgueiras, pela confiança depositada no seu trabalho, agradecimento que estende igualmente a todos os Colaboradores, Fornecedores, Instituições Financeiras, Revisores Oficiais de Contas e demais entidades que participaram ativa e positivamente no nosso desempenho ao longo deste ano, agora terminado.

Felgueiras, 14 de abril de 2025

A Gerente



Vera Lúcia Ribeiro Sampaio

(Vera Lúcia Ribeiro Sampaio)

BALANÇO
31 DE DEZEMBRO 2024

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		
		dez/24	dez/23	
ATIVO				
Ativo não corrente:				
Ativos fixos tangíveis.....	5	107 047,80	152 544,10	
Ativos intangíveis.....	3	0,00	0,00	
Outros ativos financeiros.....	18.4	2 000,36	2 000,36	
		109 048,16	154 544,46	
Ativo corrente:				
Inventários.....	10	1 058,47	1 163,51	
Estado e outros entes públicos.....	23.5	0,00	764,81	
Outras contas a receber.....	18.1	3 663 662,78	2 692 478,62	
Diferimentos.....	18.4	3 088,90	3 299,83	
Caixa e depósitos	1	849 634,59	602 035,57	
		4 517 444,74	3 299 742,34	
		4 626 492,90	3 454 286,80	
Total do Ativo				
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital				
Reservas Legais	1	376 000,00	376 000,00	
Resultados transitados.....	18.5	10 870,59	10 870,59	
Outras Variações	18.5	168 256,44	168 256,44	
		1 184 282,99	1 186 224,47	
Resultado líquido do período.....	18.5	1 739 410,02	1 741 351,50	
		489,03	(204 897,26)	
		1 739 899,05	1 536 454,24	
PASSIVO				
Passivo não corrente:				
Provisões	15	0,00	0,00	
		0,00	0,00	
Passivo corrente:				
Fornecedores.....	18.2	63 594,77	169 850,08	
Estado e outros entes públicos.....	23.5	60 239,04	47 858,50	
Financiamentos obtidos.....	18.2	1 200 118,85	425 200,94	
Fornecedores de Investimento	18.2		1 734,30	
Outras contas a pagar.....	18.2	246 330,52	117 981,58	
Diferimentos.....	18.4	1 316 310,67	1 155 207,16	
		2 886 593,85	1 917 832,56	
		2 886 593,85	1 917 832,56	
		4 626 492,90	3 454 286,80	
Total do Passivo				
Total do Património Líquido e Passivo				

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
31 DE DEZEMBRO DE 2024

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO PERÍODOS	
		31/12/2024	31/12/2023
RENDIMENTOS E GASTOS			
Transferências e Subsídios correntes obtidos.....	14	1 559 838,07	1 329 149,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	10	(5 885,71)	(6 124,91)
Fornecimentos e serviços externos.....	23.1	(549 373,93)	(653 921,40)
Gastos com pessoal.....	19	(894 529,06)	(831 095,87)
Outros rendimentos	23.2	14 227,09	14 811,43
Outros gastos	23.3	(74 064,25)	(2 888,16)
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		50 212,21	(150 069,71)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	(47 976,66)	(53 069,11)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		2 235,55	(203 138,82)
Juros e gastos similares suportados.....	7	(1 252,67)	(714,25)
Resultado antes de impostos		982,88	(203 853,07)
Imposto sobre o rendimento.....	23.4	(493,85)	(1 044,19)
Resultado líquido do período		489,03	(204 897,26)

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A GERÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO NO PERÍODO 31/12/2024

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/Património subscrito	Reservas legais	Resultados Transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6	376 000,00	8 357,68	-39 462,94		50 258,19	395 152,93
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Reconhecimento do subsídio ao investimento							
Imputação a resultados do subsídio de investimento neto							
Outras alterações reconhecidas no património líquido							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7						
RESULTADO INTEGRAL	8						
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9=7+8						
Subscrição de capital/património							
Suscrições de prémios de emissão							
Distribuições							
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	10				159 974,10		159 974,10
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6+7+8+10	376 000,00	10 870,59	168 256,44	1 186 224,47	-204 897,26	1 536 454,24
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	6	376 000,00	10 870,59	168 256,44	1 186 224,47	-204 897,26	1 536 454,24
Reconhecimento do subsídio ao investimento							
Imputação a resultados do subsídio de investimento neto							
Outras alterações reconhecidas no património líquido							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7						
RESULTADO INTEGRAL	8						
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9=7+8						
Subscrição de capital/património							
Suscrições de prémios de emissão							
Distribuições							
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações							
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	10	376 000,00	10 870,59	168 256,44	1 184 282,99	0,00	1 534 512,76
O Contabilista Certificado	6+7+8+10					489,03	489,03
A Gerência						489,03	489,03
<i>José Sáncio</i>							

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
31 DE DEZEMBRO DE 2024

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes	+/-	320,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	-	-577 367,44	-482 332,12
Pagamentos ao pessoal	-	-853 950,61	-661 165,76
Pagamentos a Alunos	-	-80 702,65	-44 096,47
Caixa gerada pelas operações	+/-	-1 511 700,70	-1 187 594,35
Pagamento/Recebimentos do Imposto Rendimento		764,81	-5 147,31
Subsídios à exploração		613 837,67	1 464 712,12
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	10 977,08	-177 402,23
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	-886 121,14	94 568,23
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	-4 214,66	-34 129,62
Investimentos financeiros	-		-324,96
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	+		167,81
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	-4 214,66	-34 286,77
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	1 081 917,91	645 200,94
Cobertura de prejuízos	+	364 871,36	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-307 000,00	-220 000,00
Juros e gastos similares	-	-1 854,45	-996,64
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	1 137 934,82	424 204,30
<u>Variação de caixa e seus equivalentes</u>	(1)+(2)+(3)		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	1	247 599,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	1	602 035,57
			484 485,76
			117 549,81
			849 634,59
			602 035,57

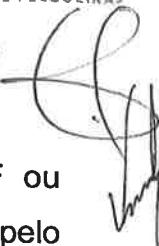
O CONTABILISTA CERTIFICADO



A GERÊNCIA



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTE AO PERÍODO DE 2024



NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

A EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal, Lda. (adiante EPF ou Entidade), é uma sociedade por quotas, constituída a 30/07/1999, em aplicação pelo Decreto-Lei nº4/98, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, 4610-108 Felgueiras, e tem como atividade principal a de ministrar cursos profissionais e cursos de natureza profissionalizante, de acordo com o regime estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho.

O capital social é representado por 1 quota, com valor nominal de 376.000,00 Euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823. O capital social encontra-se realizado na totalidade.

As demonstrações financeiras anexas, são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Gerente em 14 de abril 2025, contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal e na alínea c) do nº1 do artigo 25º da Lei 50/2012. As mesmas podem ser obtidas na sede do Município de Felgueiras, Praça da República, Felgueiras, 4610-116 Felgueiras. A Gerente entende que estas demonstrações financeiras referentes ao período contabilístico de 2024 refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro (com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro) – Sistema de Normalização Contabilístico para a Administração Pública, o qual foi aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas ou erros.

Os montantes são expressos em euros.



CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário e de outros financiamentos de curto prazo, e detalha-se como segue:

	31-12-2024	31-12-2023
Numerário	451,12	406,04
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	849 183,47	601 629,53
	<u>849 634,59</u>	<u>602 035,57</u>

Não existem, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, caixa e equivalentes de caixa não disponíveis para uso.

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras:

2.1.1 - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

A mensuração e a apresentação das demonstrações financeiras formam preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

A Gerente procedeu à avaliação da capacidade de a Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação e dos

considerandos na nota 17 - Acontecimentos após a data de relato, concluiu-se que a Entidade, com o apoio do Município, disporá de recursos adequados para manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

2.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

2.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

2.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações considerando-se que as mesmas refletem todas as questões materialmente relevantes do decurso da atividade da Entidade.

2.1.5. – INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

2.1.6. – COMPENSAÇÃO

Os Ativos e os Passivos, e os Rendimentos e os Gastos não são compensados, a menos que seja exigido ou permitido pelas Normas de Contabilidade Pública.



2.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

2.2.1.– ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação são calculadas com base na vida útil do bem segundo o classificador complementar 2, por duodécimos. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	10
Equipamento Básico	4-8
Equipamento Básico	4
Equipamento Administrativo	4-8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4-8

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

2.2.2. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Licenças Software	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

2.2.3. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato, é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, da Entidade, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados, usando uma taxa de desconto que reflete as expectativas do

mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e, quanto aos riscos específicos do ativo relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existam ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

2.2.4.– ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros seguintes são mensurados ao custo menos perdas por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só são incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, quando este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

a) CLIENTES E CONTAS A RECEBER

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são estimadas.

b) OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

As dívidas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

c) EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Os empréstimos bancários são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados pelo custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

2.2.5. Imparidade de ativos financeiros

Em cada data de relato, é avaliada a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

A perda por imparidade é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

2.2.6. – Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade despreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade despreconhece o passivo financeiro apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

2.2.7. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde aos impostos correntes.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da instituição. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

2.2.8. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste no custo médio ponderado.

2.2.9. –Rendimentos de Transações com Contraprestação

O rendimento é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rendimento proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rendimento pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rendimento de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

2.2.10. –Rendimentos de Transações sem contraprestação

Os subsídios apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações ou amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Especificamente nesta Entidade, os subsídios recebidos pelo POCH, são reconhecidos como rendimento na medida da compensação direta de custos quando os mesmos são diretamente alocados e através de duodécimos sempre que estes se destinam à compensação de custos gerais (nomeadamente pessoal, docente e não docente) e restantes custos de laboração da Entidade.

Relativamente ao financiamento dos cursos profissionais e de natureza profissionalizante ministrados pela EPF, manteve-se o contexto de exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POCH/PESSOAS2030) e da Receita Pública.

A partir de 2017, por força do Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, aprovado em anexo à Portaria n.º 60 -C/2015, de 2 de março, (alterado pelas Portarias nºs 181 -A/2015, de 19 de junho, 190 -A/2015, de 26 de junho, 148/2016, de 23 de maio, 311/2016, de 12 de dezembro, e 2/2018, de 2 de janeiro, e n.º 159/2019, de 23 de maio) Regulamento esse previsto nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º

137/2014, de 12 de setembro, o financiamento destes cursos, quando ministrados por empresas municipais, como a EPF, passaram a ser financiados a 85% pelo FSE e os restantes 15%, ou seja, a denominada “contribuição pública nacional”, passou a ser suportada pela própria empresa municipal, como se prevê no art.º 3º nº 3 deste Regulamento Específico.

O enquadramento acima aplica-se pelo facto de estarmos perante uma empresa municipal, não se aplicando a entidades concorrentes com outro enquadramento jurídico, cujo direito à contrapartida pública nacional é-lhes garantida para efeitos de financiamento dos serviços prestados. Assim, importa que o Município detentor da participação na EPF assegure a preços de mercado o financiamento da atividade da EPF, através da celebração de contrato-programa nos termos do artigo 47.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (RJAEL) aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sob pena da continuidade das operações da EPF poder ser colocada em causa por incumprimento do Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano já anteriormente mencionado e pelas consequências daí advenientes. Este instrumento de financiamento permite assegurar o equilíbrio de contas previsto no artigo 40.º do RJAEL, atendendo a que a EPF não tem receitas próprias.

Adicionalmente, a EPF vai apresentando candidaturas a outros subsídios de diversas naturezas das mais diversas entidades.

2.2.11. – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.



As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.2.12. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

2.2.13. – CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de financiamento; e (3) atividades de investimento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, do POCH e da Câmara Municipal de Felgueiras e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal (inclui IRS e segurança social), de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

2.2.14. – JUIZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Ativos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas em função da vida útil do bem, tendo como base o classificador complementar 2. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato. Entende a gerente que os mesmos representam a melhor estimativa da utilidade esperada do ativo para a entidade.

- Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da entidade,

tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da gerente no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

- Provisões e ajustamentos aos valores dos ativos

A entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Transferências sem contraprestação relacionadas com subsídios:

A entidade efetuou julgamentos significativos ao determinar o momento apropriado para o reconhecimento de subsídios, baseando-se em estimativas relacionadas ao cumprimento das condições associadas a esses subsídios. Além disso, a mensuração dos subsídios recebidos ou a receber envolve estimativas acerca do montante efetivo que será obtido, considerando potenciais ajustamentos ou devoluções de valores em caso de não cumprimento das obrigações associadas. Esses subsídios são reconhecidos quando há razoável segurança de que serão recebidos e que todas as condições associadas foram ou serão cumpridas.

2.2.15. – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.2.16. – ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCICIOS

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

2.2.17. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo, após a dedução da quantia já paga, ou de um ativo, na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Obrigações com férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

NOTA 3. ATIVOS INTANGIVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31/12/2024					
Ativo Bruto	Despesas de instalação	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14
Amortizações do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14
Ativos líquidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



31/12/2023

	Despesas de instalação	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Ativo Bruto						
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Amortizações do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	0,00	0,00	4.327,14	4.327,14
Ativos líquidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O detalhe da rubrica de “Gastos / reversões de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é conforme se segue:

	31-12-2024	31-12-2023
<i>Ativos Fixos Intangíveis</i>	0,00	0,00

NOTA 4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Não aplicável

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:



	31-12-2024				
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios
Ativo Bruto					
Saldo inicial	0,00	406 286,21	757 494,34	60 959,51	0,00
Aquisições	0,00	0,00	1 129,80	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	406 286,21	758 624,14	60 959,51	0,00

Amortizações acumuladas e perdas por imparidade

	Saldo inicial	Depreciação	Acerto	Saldo final	Ativos líquidos
	0,00	307 700,48	717 475,83	60 959,51	0,00
		0,00	32 861,91	13 686,82	0,00
			0,00	0,00	0,00
				53 055,56	53 055,56
				80 889,23	80 889,23
				0,00	0,00
				1 543,97	1 543,97
				2 908,75	2 908,75
				0,00	0,00
				107 047,80	107 047,80



31-12-2023

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativo fixos em curso	Total
Ativo Bruto								
Saldo inicial	0,00	406 286,21	740 830,62	60 959,51	0,00	52 857,76	82 447,42	0,00
Aquisições	0,00	0,00	16 663,72	0,00	0,00	1 741,77		9 409,77
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	406 286,21	757 494,34	60 959,51	0,00	54 599,53	82 447,42	9 409,77
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	0,00	274 838,57	698 525,47	60 959,51	0,00	51 680,58	79 579,44	0,00
Depreciação	0,00	32 861,91	18 950,36	0,00	0,00	637,12	619,72	0,00
Acerto	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	307 700,48	717 475,83	60 959,51	0,00	52 317,70	80 199,16	0,00
Ativos líquidos	0,00	98 585,73	40 018,51	0,00	0,00	2 281,83	2 248,26	0,00
								1 52 544,10

Amortizações acumuladas e perdas por imparidade

Saldo inicial	0,00	274 838,57	698 525,47	60 959,51	0,00	51 680,58	79 579,44	0,00	1 165 583,57
Depreciação	0,00	32 861,91	18 950,36	0,00	0,00	637,12	619,72	0,00	53 069,11
Acerto	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	307 700,48	717 475,83	60 959,51	0,00	52 317,70	80 199,16	0,00	1 218 652,68
Ativos líquidos	0,00	98 585,73	40 018,51	0,00	0,00	2 281,83	2 248,26	0,00	1 52 544,10

O detalhe da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é conforme se segue:

Ativos Fixos Tangíveis	31-12-2024	31-12-2023
	47 976,66	53 069,11
	47 976,66	53 069,11





NOTA 6. LOCAÇÕES

Não aplicável

NOTA 7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os juros e gastos similares suportados reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 foram:

	31-12-2024	31-12-2023
<i>Juros suportados:</i>		
<i>Financiamentos bancários</i>	1 252,67	714,25
	1 252,67	714,25

NOTA 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Não aplicável

NOTA 9. IMPARIDADES DE ATIVOS

Não aplicável

NOTA 10. INVENTARIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, os inventários da Entidade detalham-se conforme se segue:

	31-12-2024			31-12-2023		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	1058,47	0	1058,47	1163,51	0	1163,51
	1058,47	0	1058,47	1163,51	0	1163,51



Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é detalhado conforme segue:

31-12-2024

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	1 163,51	0,00	1 163,51
Compras	5 780,67	0,00	5 780,67
Saldo final	1 058,47	0,00	1 058,47
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5 885,71	0,00	5 885,71

31-12-2023

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	614,49	0	614,49
Compras	6673,93	0	6673,93
Saldo final	1163,51	0	1163,51
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	6124,91	0	6124,91

NOTA 11. AGRICULTURA

Não aplicável

NOTA 12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável

NOTA 13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Não aplicável

NOTA 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como se segue:

Subsídio	Total Aprovado (candidatura)	Total executado	Executado submetido e Aprovado	Montante recebido	Montante a receber	31-12-2024		
						FSE	CPN	Rébito
POCH -22/23(CP668)	1 417 336,45	1 274 761,87	1 231 115,98	1 104 567,24	0,00	-21 367,80	0,00	0,00
Pessoas 2030-23/24(CP300)	1 513 148,44	1 224 819,97	0,00	128 617,61	1 096 202,36	730 051,14	128 832,55	0,00
Pessoas 2030-24/25(CP600)	1 453 661,14	456 171,75	0,00	0,00	1 453 355,04	387 745,99	68 425,76	997 183,29
ERASMUS 79468	64 440,00	64 440,00	57 469,00	57 469,00	0,00	-6 971,00	0,00	0,00
ERASMUS 175680	60 000,00	2 140,00	0,00	48 000,00	12 000,00	2 140,00	0,00	17 702,00
ERASMUS 202919	34 201,00	0,00	0,00	27 360,80	6 840,20	0,00	0,00	34 201,00
CMF Equilíbrio Financeiro	134 000,00	0,00	0,00	0,00	134 000,00	134 000,00	0,00	0,00
Subsídio PRR - CTE	1 191 607,33	0,00	0,00	595 803,67	595 803,66	0,00	0,00	0,00
C. Qualifica Proj.110 de 2015	98 633,27	92 794,23	92 794,23	69 378,50	0,00	5 266,88	0,00	0,00
C. Qualifica – Proj. 01175500	398 938,93	131 714,55	0,00	33 909,81	365 029,12	111 957,37	19 757,17	267 224,38
TOTAIS	6 365 966,56	3 246 842,37	1 381 379,21	2 065 106,63	3 663 230,38	1 342 822,58	217 015,49	1 316 310,67

Em 2024 foram realizadas as verificações finais de dois projetos em sede de saldo final, tendo sido consideradas algumas despesas como não elegíveis. Foi o caso do projeto CP 668 do ano letivo 22/23 do POCH, no valor de 21 367,80€ e o projeto ERASMUS 79468, no valor de 6 971,00€. Contrariamente, no projeto CQ 110 do ano de 2015, após uma nova reavaliação do mesmo, foram consideradas despesas elegíveis não inicialmente previstas no valor de 5 266,88€. Relativamente ao Contrato Programa já aprovado pelo Município no valor de 231 048,30€ e assinado em março de 2025 e o valor considerado na CPN (contratação pública nacional) de 217 015,49€, deve-se ao facto deste valor ser com base na execução efetiva das candidaturas e o Contrato Programa ser feito



com base nas estimativas das candidaturas, sendo que este valor ainda pode sofrer alterações na análise de saldo final. A estimativa da EPF é de que a diferença não assuma valores relevantes e realizou o registo com base na melhor estimativa à data.

Por decisão administrativa do Município em dezembro de 2024, foi anulada a comparticipação recebida em 2023, no valor de 71 955,00€, referente ao protocolo de execução - arquitetura, especialidades e assistência técnica a obra, no âmbito da candidatura aprovada para a criação do CTE da EPF (ver nota 23.3).

No âmbito do equilíbrio financeiro da EPF, o Município deliberou atribuir um subsídio no valor de 134.000,00€, garantindo assim o cumprimento do nº1 do artigo 40º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, uma vez que a EPF apresenta um resultado líquido antes de imposto negativo. Com este subsídio atribuído pelo Município, a EPF apresenta assim um resultado positivo o que permitirá a reposição do equilíbrio financeiro da entidade.

Subsídio	Total Aprovado (candidatura)	Total executado	31-12-2023			
			Executado submetido e Aprovado	Montante recebido	Montante a receber	Rébito
POCH – 668 - 2022/2023	1 417 336,45	1 274 761,87	917 655,42	1 040 696,60	89 009,23	717 109,52
POCH 2030-23/24	1 513 148,44	365 936,28			1 513 148,44	365 936,28
ERASMUS	64 440,00	64 440,00	64 440,00	25 776,00	38 664,00	64 440,00
CMF -PROTÓCOLO CTE	79 950,00	71 955,00	71 955,00	71 955,00	7 995,00	7 995,00
Subsídio PRR - CTE	1 191 607,33			357 482,20	834 125,13	
Qualifica – 174	129 068,71	129 068,71	52 652,66	61 211,02	48 497,38	109 708,40
TOTAIS	4 395 550,93	1 906 161,86	1 106 703,08	1 557 120,82	2 531 439,18	1 329 149,20
						1 155 207,16





NOTA 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não existem processos judiciais a decorrer, pelo que não foi necessário constituir qualquer provisão em 2024. Em 2023 também não existia qualquer processo em curso.

NOTA 16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

A notificação do projeto de aprovação da candidatura dos Cursos Profissionais do ano letivo 2024/2025, que compreende setembro/2024 a agosto/2025 apresentada em outubro de 2024, foi recebida no início de fevereiro de 2025, cuja assinatura do termo de aceitação ocorreu de imediato.

O contrato programa referente ao exercício de 2024 foi assinado em 14 de março de 2025

Após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, foi formalizada, por deliberação do sócio único, a realização de uma transferência financeira no montante de 134.000 euros, destinada a repor o equilíbrio financeiro da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda., nos termos do artigo 40.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Esta medida foi previamente antecipada pela gerência, que, com base em elementos contabilísticos atualizados e previsões consistentes, estimava um resultado líquido negativo no exercício de 2024 e tinha já a expectativa razoável da sua aprovação. Por esse motivo, e em conformidade com a NCRC 24, trata-se de um evento subsequente ajustável, que se encontra refletido nas demonstrações financeiras do exercício de 2024. A concretização da transferência permitirá que os resultados do exercício apresentem um valor próximo de zero, evidenciando o equilíbrio entre rendimentos e gastos.



NOTA 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 ATIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 são detalhadas conforme se segue:

<i>ATIVOS FINANCEIROS</i>	<i>31/12/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
<i>Outras contas a receber</i>	3 663 230,38	2 692 044,60
<i>Fornecedores</i>	432,40	434,02
	3 663 662,78	2 692 478,62

- a) subsídios a receber no montante de 3 663 230,38 € (2023: 2 531 439,18 €). Ver nota 14.

18.2 PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 são detalhadas conforme se segue:

<i>PASSIVOS FINANCEIROS</i>	<i>31/12/2024</i>	<i>31/12/2023</i>
<i>Fornecedores</i> (i)	63 594,77	169 850,08
<i>Financiamentos Obtidos</i> (ii)	1 200 118,85	425 200,94
<i>Fornecedores de Investimento</i> (iii)	0,00	1 734,30
<i>Outras contas a pagar</i> (iv)	246 330,52	117 981,58
	1 510 044,14	714 766,90



(i) Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31-12-2024	31-12-2023
<i>Não vencido</i>	62 621,96	164 174,64
<i>Vencido:</i>		
<i>0-30 dias</i>	0,00	5 675,44
<i>90-180 dias</i>	972,81	0,00
	63 594,77	169 850,08

(ii) Financiamentos obtidos

	31-12-2024	31-12-2023
<i>Outros Financiadores</i>	1 200 118,85	425 200,94
	1 200 118,85	425 200,94

A rubrica Outros Financiadores é referente a um empréstimo da DGEST, com base Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2023 que criou uma medida temporária de financiamento dos cursos profissionais para o ano letivo 23/24 pela via do Orçamento do Estado, que corresponde a adiantamento, por referência aos montantes aprovados nas candidaturas do ano anterior.

A EPF tem de pagar o valor recebido após a aprovação da candidatura e recebimento dos respetivos adiantamentos.

Existe também uma conta corrente caucionada na Caixa Geral de Depósitos, a 31 de dezembro de 2024 o valor utilizado é zero (2023: zero euros), dos 325 mil euros autorizados. Para obtenção da linha de crédito foi emitida, como colateral, uma Carta Conforto do Município de Felgueiras até 250 mil euros.

(iii) Fornecedores de Investimento

	31-12-2024	31-12-2023
<i>Não vencido</i>	0,00	1 734,30
	0,00	1 734,30



(iv) Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
<i>Pessoal- Rem. a Pagar</i>	20 044,48	0,00
<i>Credores por Acréscimos de Gastos (1)</i>	128 012,04	114 826,37
<i>Sindicatos</i>	136,84	89,88
<i>Outros Credores (2)</i>	98 137,16	3 065,33
	<hr/> 246 330,52	<hr/> 117 981,58

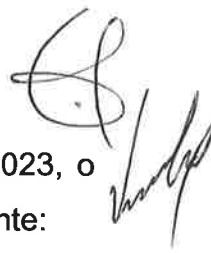
(1) Sendo 118 154,31 referente estimativa de Férias e Subsídio de Férias (2023: 111 624,88)

(2) Sendo 71 955,00 referente à anulação protocolo CTE – CMF e 24 094,60€ do Programa ERASMUS

A EPF tem um saldo credor com o município no valor de 71 955,00€, devido à decisão administrativa do Município em dezembro de 2024, de anulação da comparticipação recebida em 2023 de igual valor, referente ao protocolo de execução - arquitetura, especialidades e assistência técnica a obra, no âmbito da candidatura aprovada para a criação do CTE da EPF. O programa ERASMUS 175680 entre a EPF e a Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus + Educação e Formação com início a 1 de março de 2024 e fim a 28 de fevereiro de 2026, no valor de 60 000,00€, em que a EPF é coordenadora do projeto e tem dois parceiros associados, sendo uma escola da Roménia e outra da Turquia. Numa 1º fase a EPF recebeu 48 000,00€ e os parceiros são reembolsados conforme a execução do projeto, pelo que, os valores a pagar são o remanescente da verba inicial, e a pagar aos parceiros conforme executem o projeto (24 094,60 €).

18.3 INSTRUMENTOS DE COBERTURA DE RISCOS

Não aplicável



18.4 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos investimentos financeiros, foi o seguinte:

31-12-2024

	Investimento. Subsidiárias	Investimento. Associadas	Investimento. Entidade. Controladora	Investimento Outras Empresas.	Out. Investimentos Financeiros	Perdas por Impariedade	Total
Saldo inicial	0	0	0	0	2 000,36	0	2 000,36
Aquisições	0	0	0	0	0,00	0	0
Reembolsos	0	0	0	0	0,00		0
Saldo final	0	0	0	0	2 000,36	0	2 000,36

31-12-2023

	Investimento. Subsidiárias	Investimento. Associadas	Investimento. Entidade. Controladora	Investimento Outras Empresas.	Out. Investimentos Financeiros	Perdas por Impariedade	Total
Saldo inicial	0	0	0	0	1 843,21	0	1 843,21
Aquisições	0	0	0	0	324,96	0	324,96
Reembolsos	0	0	0	0	167,81		167,81
Saldo final	0	0	0	0	2 000,36	0	2 000,36

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 as rubricas do ativo e do passivo “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31/12/2024	31/12/2023
Outros Gastos a Reconhecer	3 088,90	3299,83
	<hr/>	<hr/>
	3 088,90	3299,83

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31-12-2024	31-12-2023
Subsídios Cursos Profissionais (nota 14)	1 316 310,67	1 147 212,16
CMF - Protocolo CTE	0,00	7 995,00
	<hr/>	<hr/>
	1 316 310,67	1 155 207,16

18.5 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

- a) Capital social: o capital social é representado por 1 quota, com valor nominal de 376.000,00 euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823. O capital social encontra-se realizado na totalidade.
- b) Reserva legal: de acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da escola, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.
- c) Resultados Transitados: a 31 de dezembro de 2024 são de 168 256,44€ euros, em 31 de dezembro de 2023 eram de 168 256,44 €. Durante o exercício foi transferido de Resultados Líquidos o prejuízo de 204 897,26€ e foi recebido do município 204 897,26€ para cobertura de prejuízos.
- d) Outras Variações no Património Líquido: o saldo a 31.12.2024 é de 1 184 282,99 € sendo que o único movimento no período foi de 1 941,48€ referente a imputação a resultados pela amortização dos bens do ativo fixo tangível já afetos ao financiamento da criação do Centro Tecnológico Especializado-Área Industrial, o

saldo a 31.12.2023 ascende a 1 186 224,47 €, decomposto por 1 191 607,33 € referente à assinatura do termo de aceitação relativo ao financiamento da criação do Centro Tecnológico Especializado-Área Industrial (ver nota 14), deduzido do valor imputado a resultados pela amortização dos bens do ativo fixo tangível que já se encontram em utilização (5 382,86 € – nota 23.2).



NOTA 19. BENEFICIOS DOS EMPREGADOS

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2024	31-12-2023
<i>Remunerações dos Órgãos Sociais</i>	45 171,71	43 840,24
<i>Remunerações do Pessoal</i>	674 188,42	617 405,99
<i>Indemnizações</i>	0,00	0,00
<i>Encargos sobre Remunerações</i>	170 902,09	164 699,21
<i>Seguros Acidentes Trabalho</i>	4 266,84	4 267,32
<i>Gastos Ação Social</i>	0,00	0,00
<i>Outros</i>	0,00	883,11
TOTAL GASTOS PESSOAL	894 529,06	831 095,87

O gasto com o Revisor Oficial de Contas totalizou 4 870,80 € relativos ao ano de 2024, valor centralizado em FSE – Trabalhos Especializados.

Nº de trabalhadores ao serviço a 31 de dezembro de 2024 é 31 (2023: 31) e nº médio de trabalhadores durante o exercício 2024: 31 (2023: 31).

A gerente, no exercício findo em 2024, foi remunerada em conformidade com o referido no artº30 da Lei nº50/2012 de 31 de agosto.

NOTA 20. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

A Entidade é detida em 100% pelo Município de Felgueiras, sendo as demonstrações financeiras consolidadas nessa entidade.

Os saldos dos períodos findos em 2024 e 2023 são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores- Câmara Municipal Felgueiras	95,89	34,97
	95,89	34,97

As transações efetuadas com o Município de Felgueiras ascenderam a:

	2024	2023
- Água	345,26€	428,31€
- Renda	76,06€	71,13€
- Protocolo - CTE	0,00€	71 955,00€

Em 2023 foi celebrado um protocolo com o município de Felgueiras de financiamento projeto de execução - arquitetura, especialidades e assistência técnica a obra, no âmbito da candidatura aprovada para a criação do CTE da EPF, dando lugar ao reconhecimento de um crédito de 71.955,00 euros: Em dezembro de 2024 foi decidido pelo município a anulação dessa participação tendo a EPF sido informada dessa decisão em março de 2025 (ver nota 23.3).

NOTA 21. RELATO POR SEGMENTOS

A Entidade desenvolve uma única atividade, relacionada com o ensino profissional, pelo que não existem outros segmentos relevantes, para efeitos de informação a apresentar.

NOTA 22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Não aplicável



NOTA 23. OUTROS

23.1 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é detalhada conforme se segue:

		31-12-2024	31-12-2023
<i>Trabalhos Especializados</i>	i)	42 950,54	109 498,74
<i>Publicidade e Propaganda</i>		4 985,46	4 628,49
<i>Vigilância e Segurança</i>		1 304,68	1 200,00
<i>Honorários</i>	ii)	106 458,00	128 784,73
<i>Comissões</i>		2 571,23	2 719,34
<i>Conservação e Reparação</i>		3 086,43	5 365,93
<i>Outros Serviços</i>		0,00	1 761,37
<i>Ferramentas Utensílios Desgaste Rápido</i>		51,71	162,04
<i>Livros e Documentação Técnica</i>		0,00	154,99
<i>Material Escritório</i>		3 646,10	4 074,53
<i>Ofertas</i>		411,30	252,76
<i>Material Pedagógico</i>		13 945,58	16 859,03
<i>Material limpeza, higiene e conforto</i>		2 677,99	3 901,34
<i>Medicamentos e artigos para a saúde</i>		24,21	0,00
<i>Outros Materiais</i>		4 837,85	5 184,00
<i>Combustíveis</i>		2 509,73	2 427,24
<i>Água</i>		170,52	244,50
<i>Deslocações, Estadas e Transportes</i>		65 662,46	123 252,30
<i>Deslocações Formandos</i>	iii)	64 058,07	120 717,48
<i>Outras</i>		1 604,39	2 534,82
<i>Rendas e Alugueres</i>		76,06	504,63
<i>Despesas Postais</i>		57,82	66,19
<i>Telefone/Internet</i>		8 161,50	7 814,65
<i>Seguros</i>		4 213,05	2 992,87
<i>Viaturas</i>		856,11	585,86
<i>Outros</i>		3 356,94	2 407,01
<i>Contencioso e Notariado</i>		4 032,40	505,41
<i>Despesas Representação</i>		0,00	79,00
<i>Serviços Limpeza, higiene e conforto</i>		1 629,75	0,00
<i>Outros Serviços</i>		275 909,56	231 487,32
<i>Imprensa/Revistas</i>		100,00	368,25
<i>Despesas c/ out Atividades</i>		1 011,35	167,00
<i>Bolsas</i>		27 095,50	6 855,61
<i>Alimentação Formandos</i>	iv)	194 634,00	154 347,13
<i>Out. Despesas. c/Formandos</i>	v)	1 843,67	53 100,74
<i>Alojamento c/ formandos</i>	vi)	45 563,89	15 826,04
<i>Diversos</i>		5 661,15	822,55
	TOTAL FSE	549 373,93	653 921,40

- i) Trabalhos Especializados – Em 2023 houveram serviços contratados para projeto de execução de arquitetura no âmbito da criação do CTE.
- ii) Honorários – Em 2023 contratação para substituição: de colaboradoras (licença de maternidade e baixa médica) Honorários projetos ERASMUS. Aumento de honorários do Centro Qualifica.
- iii) Deslocações Formandos - Em 2024 há uma redução nos gastos com deslocação dos formandos devido aos passes dos alunos passarem a serem pagos diretamente pelo Estado.
- iv) Alimentação Formandos – o aumento em 2024 deve-se a existência de mais alunos oriundos de São Tomé, estes alunos recebem dois subsídios de alimentação por dia (almoço/jantar).
- v) Outras Despesas com Formandos – Em 2023 houveram despesas com a participação de formandos no programa ERASMUS 79468.
- vi) Alojamento com Formandos - o aumento em 2024 deve-se a mais alunos oriundos de São Tomé, mais despesas de alojamento.

23.2 OUTROS RENDIMENTOS

A composição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é conforme se segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos suplementares	12 024,80	8 835,94
Imputação de subsídios para investimento	1941,48	5382,86
Outros	260,81	592,63
	<hr/> 14 227,09	<hr/> 14 811,43

A rúbrica rendimento suplementares tem registado: transações no bar da escola com um total de 7 169,36€, patrocínios e prémios relativos à participação dos alunos em concursos, eventos e feiras num total de 4 850,00€ e 5,44€ de outros rendimentos suplementares.

23.3 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é conforme se segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e taxas	549,83	616,93
Perdas em inventários	20,13	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	5,54	720,69
Quotizações	1 440,00	1 440,00
Anulação Comparticipação Município – CTE (nota 14)	71 955,00	0,00
Outros	93,75	110,54
	<hr/> 74 064,25	<hr/> 2 888,16



23.4 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Entidade encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21%.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é detalhado conforme se segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes de impostos	982,88	-203 853,07
Correções relativas a períodos anteriores	5,54	720,69
Lucro tributável / (Prejuízo fiscal)	988,42	--203 132,38
Prejuízos dedutíveis	-741,32	0,00
Matéria coletável	247,11	0,00
Taxa nominal de imposto	51,89	0,00
Tributação autónoma	441,96	1 044,19
Derrama	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	493,85	1 044,19
Taxa efetiva de imposto	-	-
 Imposto corrente	 493,85	 1 044,19
Imposto diferido gerado no exercício	0,00	0,00
Total de imposto sobre o rendimento	493,85	1 044,19

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade de 2021 a 2024 podem ser sujeitas a revisão.

Entende-se que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

O montante de prejuízos fiscais por recuperar é de 433.241,85 euros (2019: 60 748,08 euros; 2021: 169 361,07 euros; 2023: 203 853,07 euros).

23.5 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2024		31-12-2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<i>Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC)</i>				
<i>IRC – reembolso</i>	0,00	0,00	764,81	0,00
<i>IRC a pagar</i>	0,00	493,85	0,00	0,00
<i>Retenções de imposto sobre rendimento</i>				
<i>Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS)</i>	0,00	16 964,38	0,00	15 774,64
<i>Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)</i>	0,00	84,07	0,00	70,55
<i>ADSE</i>		2 630,78		1 869,64
<i>Contribuições para a Segurança Social</i>	0,00	31 311,04	0,00	23 309,50
<i>Caixa Geral Aposentações</i>	0,00	8 754,92	0,00	6 834,17
	0,00	60 239,04	764,81	47 858,50

NOTA 24 OBJETIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

- **Risco Financeiro**

A EPF, à semelhança de todas as outras escolas profissionais, está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque, os riscos de taxa de juro, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da sua atividade e induzem incertezas quanto à sua capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos, nomeadamente dos seus capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros procura minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados e das políticas. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção, medidas concretas e efetivas de gestão do seu risco financeiro.



Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão, ainda que específicas a cada um deles, encontram-se em larga medida ligadas, e essa interligação contribui para a prossecução do mesmo objetivo comum, isto é, a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

- **Risco de Taxa de Juro**

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrerem em perdas, resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira da EPF denominada em euros.

- **Risco de liquidez**

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as instituições tenham a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como, para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes políticas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro à escola numa ótica de longo prazo, nas melhores e/ou nas mais desfavoráveis conjunturas, que ciclicamente afetam todos as atividades;
- Financiamento dos investimentos a Médio Longo Prazo (MLP), adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento, à capacidade de geração de fluxos de caixa;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos (neste momento não existe dívida financeira que justifique qualquer medida por parte da gestão);
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos de financiamento.

Felgueiras, 14 de abril de 2025

A Contabilista Certificada



A Gerente





ENCERRAMENTO ORÇAMENTAL 2024

Exmos senhores, em cumprimento do disposto no art. 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, a Gerente da EPF apresenta o relatório de encerramento orçamental de 2024.

Demonstrações Orçamentais:

- Demonstração de Desempenho Orçamental
- Demonstração de Execução Orçamental da Receita
- Demonstração de Execução Orçamental da Despesa
- Demonstração dos Planos de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Demonstração Desempenho Orçamental (01-00 até 31-12)

Exercício: 2024

Lançamento:

Valores em EUR

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo de gerência anterior							
Operações orçamentais [1]	0,00	602 035,57	0,00	0,00	0,00	602 035,57	117 549,81
Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]					0,00	0,00	0,00
Receita corrente							
R1 Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1 Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2 Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4 Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 Transferências e subsídios correntes	0,00	1 769 245,29	0,00	0,00	0,00	1 769 245,29	1 464 712,11
R5.1 Transferências correntes	0,00	1 769 245,29	0,00	0,00	0,00	1 769 245,29	1 464 712,11
R5.1.1 Administrações Públicas	0,00	1 769 245,29	0,00	0,00	0,00	1 769 245,29	1 464 712,11
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	1 404 220,75	0,00	0,00	0,00	1 404 220,75	1 392 757,11
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	365 024,54	0,00	0,00	0,00	365 024,54	71 955,00
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	0,00	17 209,24	0,00	0,00	0,00	17 209,24	9 989,35
R7 Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	246,43
Receita de Capital							
R8 Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2 Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outro							
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita efetiva [2]	0,00	1 786 454,53	0,00	0,00	0,00	1 786 454,53	1 474 947,89
Receita não efetiva [3]	0,00	307 000,00	0,00	0,00	0,00	307 000,00	645 200,94
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com Passivos financeiros	0,00	307 000,00	0,00	0,00	0,00	307 000,00	645 200,94
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	0,00	2 695 490,10	0,00	0,00	0,00	2 695 490,10	2 237 698,64
Recebimentos de operações de tesouraria [B]					0,00	0,00	0,00

Demonstração Desempenho Orçamental (01-00 até 31-12)

Exercício: 2024
Lançamento:

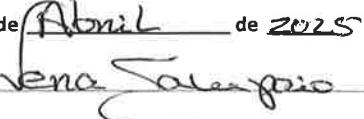
Valores em EUR

RUBRICA PAGAMENTOS	FONTE DE FINANCIAMENTO (n)						N-1
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente							
D1 Despesas com o pessoal	0,00	854 750,61	0,00	0,00	0,00	854 750,61	845 720,16
D1.1 Remunerações certas e permanentes	0,00	686 864,75	0,00	0,00	0,00	686 864,75	661 165,76
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	0,00	888,50	0,00	0,00	0,00	888,50	1 229,11
D1.3 Segurança social	0,00	166 997,36	0,00	0,00	0,00	166 997,36	183 325,29
D2 Aquisição de bens e serviços	0,00	677 670,92	0,00	0,00	0,00	677 670,92	526 414,56
D3 Juros e outros encargos	0,00	2 219,38	0,00	0,00	0,00	2 219,38	9 398,73
D4 Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1 Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5 Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Capital							
D6 Aquisição de bens de capital	0,00	4 214,60	0,00	0,00	0,00	4 214,60	34 129,62
Transferência e subsídios de capital							
D7 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1 Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	0,00	1 538 855,51	0,00	0,00	0,00	1 538 855,51	1 415 663,07
Despesa não efetiva [6]	0,00	307 000,00	0,00	0,00	0,00	307 000,00	220 000,00
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	0,00	307 000,00	0,00	0,00	0,00	307 000,00	220 000,00
Soma [7]+[5]+[6]	0,00	1 845 855,51	0,00	0,00	0,00	1 845 855,51	1 635 663,07
Pagamentos de operações de tesouraria [C]					0,00	0,00	0,00
Saldo para gerência seguinte							
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	0,00	849 634,59	0,00	0,00	0,00	849 634,59	602 035,57
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					0,00	0,00	0,00
Saldo global [2]-[5]	0,00	247 599,02	0,00	0,00	0,00	247 599,02	59 284,82
Despesa primária	0,00	1 536 636,13	0,00	0,00	0,00	1 536 636,13	1 406 264,34
Saldo corrente	0,00	251 813,62	0,00	0,00	0,00	251 813,62	93 414,44
Saldo de capital	0,00	-4 214,60	0,00	0,00	0,00	-4 214,60	-34 129,62
Saldo primário	0,00	249 818,40	0,00	0,00	0,00	249 818,40	68 683,55
Receita total [1]+[2]+[3]	0,00	2 695 490,10	0,00	0,00	0,00	2 695 490,10	2 237 698,64
Despesa total [5]+[6]	0,00	1 845 855,51	0,00	0,00	0,00	1 845 855,51	1 635 663,07

O Contabilista Público,

Em 14 de Abril de 2025


O Órgão de Gestão,

Em 14 de Abril de 2025


Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício:
Lançamento:

2024
<TODOS>

Organica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Emittidos	Pagos	Periodos anteriores	Período corrente	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida	Por cobrar no final do período	Grau exec. org.	Períodos anteriores	Período corrente	
1 000	000	000000			Funcionamento normal																	
	1 000	000	000000	02	Impostos Indirectos																	
	1 000	000	000000	02011	Sobre o consumo																	
	1 000	000	000000	020102	Imposto s/ valor acrescentado (IVA)	274.059,69	0,00	0,00													0,00%	
	1 000	000	000000	06	Transferências correntes																	
	1 000	000	000000	06103	Administrações central																	
	1 000	000	000000	06106	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	3.009.602,70	0,00	1.404.220,75	0,00	1.404.220,75	1.404.220,75	0,00	0,00								46,66%	
	1 000	000	000000	06505	Administração local																	
	1 000	000	000000	06501	Continente	282.115,32	0,00	365.024,54	0,00	365.024,54	365.024,54	0,00	0,00								129,39%	
	1 000	000	000000	07	Venda de bens e serviços correntes																	
	1 000	000	000000	0702	Serviços																	
	1 000	000	000000	07207	Alimentação e alojamento	0,00	0,00	7.382,27	0,00	7.382,27	0,00	0,00	0,00								0,00%	
	1 000	000	000000	07299	Outros	9.866,57	0,00	9.856,97	0,00	9.856,97	0,00	0,00	0,00								99,60%	
					Total das Receitas Correntes	3.575.654,28	0,00	1.786.454,53	0,00	1.786.454,53	1.786.454,53	0,00	0,00								49,96%	
					Receitas de Capital																	
	1 000	000	000000	12	Património financeiro																	
	1 000	000	000000	1205	Empéstitmos a curto prazo																	
	1 000	000	000000	120502	Sociedades financeiras	650.000,00	0,00	307.000,00	0,00	307.000,00	307.000,00	0,00	0,00								47,23%	
	1 000	000	000000	16	Saldo da gerência anterior																	
	1 000	000	000000	1601	Saldo orçamental																	
	1 000	000	000000	160101	Na posse do serviço	0,00	0,00	602.035,57	0,00	602.035,57	602.035,57	0,00	0,00								0,00%	
					Total das Receitas de Capital	650.000,00	0,00	909.035,57	0,00	909.035,57	909.035,57	0,00	0,00								139,85%	
					Total Atividade 000	4.225.654,28	0,00	2.695.490,10	0,00	2.695.490,10	2.695.490,10	0,00	0,00									63,79%
					Total Fonte Fin. 000	4.225.654,28	0,00	2.695.490,10	0,00	2.695.490,10	2.695.490,10	0,00	0,00									63,79%
					Total Orgânica 1	4.225.654,28	0,00	2.695.490,10	0,00	2.695.490,10	2.695.490,10	0,00	0,00									63,79%
					Total Geral (Receitas Correntes)	3.575.654,28	0,00	1.786.454,53	0,00	1.786.454,53	1.786.454,53	0,00	0,00									49,96%
					Total Geral (Rec. de Capital)	650.000,00	0,00	909.035,57	0,00	909.035,57	909.035,57	0,00	0,00								139,85%	
					Total Geral	4.225.654,28	0,00	2.695.490,10	0,00	2.695.490,10	2.695.490,10	0,00	0,00									63,79%

Valores em EUR

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício:
Lançamento:

2024
<IDOS>

Organização	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Recetas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições			Receita cobrada líquida			Por cobrar no final do período	Total	Período anterior	Período corrente	Valores em EUR	
											Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período Total	Período corrente	Grau exec. orç.	Períodos anteriores	Período corrente				

O Contabilista Público,

António José Góis
Em 14 de Aberto de 2025

Nuno Soeiro Góis
O Órgão de Gestão,
Em 14 de Outubro de 2025

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2024
Lançamento: < TODOS >

Órgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / desactivos	Compromissos	Obrigações	Despesas líquidas de reposições			Total	Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Valores em EUR	
											Períodos anteriores	Período corrente	Período anterior	Total	Período anterior	Período corrente	Período anterior	
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Funcionamento normal													
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Despesas Correntes	44 599,19	932 598,82	0,00	932 598,82	44 599,19	810 151,42	854 750,61	0,00	77 848,21	4,78%	86,87%	86,87%	
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Despesas com o pessoal	24 291,32	737 136,07	0,00	737 136,07	737 136,07	24 291,32	662 573,43	668 864,75	0,00	50 211,32	3,30%	89,88%	89,88%
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Remunerações certas e permanentes	1 209,37	38 754,89	0,00	38 754,89	38 754,89	1 209,37	35 150,99	36 360,36	0,00	2 394,55	3,12%	90,70%	90,70%
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	10 799,61	553 859,19	0,00	553 859,19	553 859,19	10 799,61	506 100,88	516 900,49	0,00	36 558,70	1,95%	91,38%	91,38%
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Subsídio de refeição	0,00	40 371,00	0,00	40 371,00	0,00	40 371,00	40 371,00	40 371,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%	100,00%
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Subsídio de férias e de Natal	12 282,34	104 150,99	0,00	104 150,99	104 150,99	12 282,34	80 950,56	93 232,90	0,00	10 918,08	11,79%	77,72%	77,72%
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Subsídio de férias	0,00	46 521,05	0,00	46 521,05	0,00	46 521,05	46 711,85	46 711,85	0,00	0,00	0,00%	100,00%	100,00%
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Subsídio de Natal	12 282,34	57 629,94	0,00	57 629,94	57 629,94	12 282,34	34 229,51	46 711,85	0,00	10 918,08	21,31%	59,74%	59,74%
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	1 478,90	0,00	1 478,90	0,00	1 478,90	888,50	888,50	0,00	590,40	0,00%	60,08%	60,08%
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Formação	0,00	1 478,90	0,00	1 478,90	0,00	1 478,90	888,50	888,50	0,00	590,40	0,00%	60,08%	60,08%
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Segurança social	20 307,87	193 983,85	0,00	193 983,85	193 983,85	20 307,87	146 889,49	166 997,36	0,00	25 386,45	10,47%	75,62%	75,62%
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Contribuições p/ a segurança social	20 307,87	189 717,01	0,00	189 717,01	189 717,01	20 307,87	142 422,65	162 730,52	0,00	26 386,45	10,70%	75,07%	75,07%
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Caixa Geral de Aposentações	4 044,93	33 492,44	0,00	33 492,44	33 492,44	4 044,93	24 265,04	28 310,97	0,00	5 181,47	12,08%	72,45%	72,45%
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Seguros	16 262,94	156 224,57	0,00	156 224,57	156 224,57	16 262,94	118 156,61	134 419,55	0,00	21 805,02	10,41%	75,63%	75,63%
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Aquisição de bens e serviços	174 492,28	751 655,73	0,00	751 655,73	751 655,73	174 492,28	503 178,64	677 670,92	0,00	2 400,60	23,21%	66,94%	66,94%
1 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000 000	Combustíveis e lubrificantes	5 791,78	47 370,06	0,00	47 370,06	47 370,06	31 457,49	5 791,78	3					

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

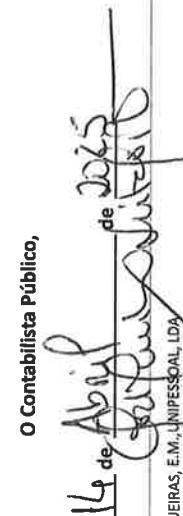
Exercício: 2024
Lançamento: < TODOS >

Órgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica	Classificação	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / desactivos	Comprimentos	Obrigações	Despesas Datas Iliquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	
												Períodos anteriores	Período corrente	Total			
1 000 000	000 000 000	020217	Publicidade	0,00	4 651,66	0,00	4 651,66	0,00	4 651,66	0,00	3 397,06	3 397,06	0,00	1 254,60	0,00%	73,03%	
1 000 000	000 000 000	020218	Vigilância e segurança	200,00	1 401,00	0,00	1 401,00	0,00	1 400,00	0,00	1 400,00	1 400,00	1,00	0,00	14,28%	85,65%	
1 000 000	000 000 000	020220	Outros trabalhos especializados	83 669,91	118 144,43	0,00	118 144,43	0,00	83 669,91	24 751,22	108 421,13	0,00	9 723,30	70,82%	20,95%		
1 000 000	000 000 000	020225	Outros serviços	54 401,80	473 836,99	0,00	473 836,99	0,00	471 439,39	54 401,80	376 656,84	431 058,64	2 397,60	40 380,75	11,48%	79,49%	
1 000 000	000 000 000	03	Juros e outros encargos	0,00	2 219,38	0,00	2 219,38	0,00	2 219,38	0,00	2 219,38	2 219,38	0,00	0,00	0,00%	100,00%	
1 000 000	000 000 000	0305	Outros juros	0,00	1 094,35	0,00	1 094,35	0,00	1 094,35	0,00	1 094,35	1 094,35	0,00	0,00	0,00%	100,00%	
1 000 000	000 000 000	030502	Outros	0,00	1 094,35	0,00	1 094,35	0,00	1 094,35	0,00	1 094,35	1 094,35	0,00	0,00	0,00%	100,00%	
1 000 000	000 000 000	0306	Outros encargos financeiros	0,00	1 125,03	0,00	1 125,03	0,00	1 125,03	0,00	1 125,03	1 125,03	0,00	0,00	0,00%	100,00%	
1 000 000	000 000 000	030601	Outros encargos financeiros	0,00	1 125,03	0,00	1 125,03	0,00	1 125,03	0,00	1 125,03	1 125,03	0,00	0,00	0,00%	100,00%	
			Total das Despesas Correntes	219 091,47	1 686 473,93	0,00	1 680 684,02	1 678 263,42	219 091,47	1 678 263,42	219 091,47	1 315 549,44	1 315 549,44	1 433 642,51	143 642,51	12,99%	
			Despesas de Capital														78,01%
1 000 000	000 000 000	07	Aquisição de bens de capital	1 734,30	1 469 891,68	0,00	4 214,60	4 214,60	4 214,60	1 734,30	2 480,30	4 214,60	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,17%
1 000 000	000 000 000	0701	Investimentos	1 734,30	1 469 891,68	0,00	4 214,60	4 214,60	4 214,60	1 734,30	2 480,30	4 214,60	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,17%
1 000 000	000 000 000	070103	Edifícios	0,00	431 544,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1 000 000	000 000 000	070107	Equipamento de informática	0,00	926 339,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1 000 000	000 000 000	070108	Software informático	0,00	27 218,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1 000 000	000 000 000	070110	Equipamento básico	1 734,30	2 864,10	0,00	2 864,04	2 864,04	1 734,30	1 734,30	1 129,74	2 864,04	0,00	0,00	60,55%	39,44%	
1 000 000	000 000 000	070115	Outros investimentos	0,00	81 924,66	0,00	1 350,56	1 350,56	0,00	1 350,56	1 350,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	1,65%
1 000 000	000 000 000	10	Passivos financeiros	0,00	650 000,00	0,00	307 000,00	307 000,00	0,00	307 000,00	307 000,00	0,00	307 000,00	307 000,00	0,00	0,00%	47,23%
1 000 000	000 000 000	1005	Empréstimos a curto prazo	0,00	650 000,00	0,00	307 000,00	307 000,00	0,00	307 000,00	307 000,00	0,00	307 000,00	307 000,00	0,00	0,00%	47,23%
1 000 000	000 000 000	100503	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	0,00	650 000,00	0,00	307 000,00	307 000,00	0,00	307 000,00	307 000,00	0,00	307 000,00	307 000,00	0,00	0,00%	47,23%
			Total das Despesas de Capital	1 734,30	2 119 891,68	0,00	311 214,60	311 214,60	1 734,30	311 214,60	311 214,60	0,00	0,00	0,00	0,08%	14,60%	
			Total Atividade 000	220 825,77	3 806 365,61	0,00	1 991 898,62	1 989 498,02	220 825,77	1 625 029,74	1 845 855,51	2 400,60	143 642,51	143 642,51	5,80%	42,69%	
			Total Fonte Fin. 000	220 825,77	3 806 365,61	0,00	1 991 898,62	1 989 498,02	220 825,77	1 625 029,74	1 845 855,51	2 400,60	143 642,51	143 642,51	5,80%	42,69%	
			Total Orgâica 1	220 825,77	3 806 365,61	0,00	1 991 898,62	1 989 498,02	220 825,77	1 625 029,74	1 845 855,51	2 400,60	143 642,51	143 642,51	5,80%	42,69%	
			Total Geral (Despesas Correntes)	219 091,47	1 686 473,93	0,00	1 680 684,02	1 678 263,42	219 091,47	1 315 549,44	1 315 549,44	2 400,60	143 642,51	143 642,51	5,80%	42,69%	
			Total Geral (Despesas Capital)	1 734,30	2 119 891,68	0,00	311 214,60	311 214,60	1 734,30	309 480,30	311 214,60	0,00	0,00	14,60%	14,60%	78,01%	
			Total Geral	220 825,77	3 806 365,61	0,00	1 991 898,62	1 989 498,02	220 825,77	1 625 029,74	1 845 855,51	2 400,60	143 642,51	143 642,51	5,80%	42,69%	

Controlo Orcamental da Despesa - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2024
Lançamento: <TODOS>

Órgânicas	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descativos	Comprimentos	Obrigações	Despesas para as liquidações de reposições			Período anterior	Período corrente	Total	(Compromissos à transitar)	Obrigações por pagar	Grau exec. orç.	Períodos anteriores	Período corrente	Valores em EUR	
											Periodos anteriores	Período corrente	Total										

O Contabilista Público,
Em 14 de Abril de 2025


O Órgão de Gestão,

Em 14 de Abril de 2025



JÚLIO MARTINS & ALVES DA SILVA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPESSOAL, LDA.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 4 626 493 euros e um total de património líquido de 1 739 899 euros, incluindo um resultado líquido de 489 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "bases para a opinião com reserva", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPESSOAL, LDA.** em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

Nos exercícios de 2021 e 2023, o Município de Felgueiras (MF) não celebrou contrato-programa (CP) com a Entidade, instrumento essencial à formalização da Comparticipação Pública Nacional (CPN) no âmbito dos projetos cofinanciados pelo Fundo Social Europeu (FSE), conforme estipulado no Regulamento Específico do Domínio do Capital Humano, aprovado em anexo à Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, na sua redação atual. Apesar da ausência dos referidos CP, a Entidade reconheceu, em 2023, o montante de 226 972 € a receber do MF, correspondente à CPN do Projeto n.º 01022300, no âmbito da medida 1.6 – Cursos Profissionais 2023/2024, do programa PESSOAS 2030, sustentando tal reconhecimento na expectativa da futura celebração de CP. Posteriormente, foram desreconhecidos 98 140 €, sendo o valor remanescente considerado coberto por contrato-programa celebrado em 2025, com efeitos reportados ao exercício de 2024. Adicionalmente, em 2022 e 2024, foram efetuadas transferências financeiras pelo MF no montante de 174 914 € e 204 897 €, respetivamente, com vista a compensar os resultados negativos dos exercícios de 2021 e 2023, nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais). No exercício de 2024, a



EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPESSOAL, LDA.

Entidade reconheceu ainda um montante de 218 003 € e 59 841 a receber do MF, referente à CPN do Projeto n.º 01745600 e do Projeto nº 01175500, relativo à medida 1.6 – Cursos Profissionais 2024/2025 e Centro Qualifica 24/26, dos quais apenas 68 426 € e 19 757 €, respectivamente estão cobertos pelo contrato-programa celebrado para 2024. O valor remanescente encontra-se, à data da emissão deste relatório, dependente da eventual celebração de um novo CP em 2025, não tendo sido obtida evidência adicional de compromisso formal por parte do MF. A ausência de cobertura contratual à data dos reconhecimentos referidos levanta dúvidas quanto à integral recuperabilidade dos montantes reconhecidos e ao cumprimento integral dos requisitos legais aplicáveis ao financiamento do FSE. Este facto configura uma incerteza material que poderá resultar em ajustamentos futuros às demonstrações financeiras, cujos impactos não são, nesta data, suscetíveis de quantificação fiável.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- ✓ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- ✓ elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ✓ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- ✓ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ✓ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPESSOAL, LDA.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ✓ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ✓ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ✓ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ✓ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ✓ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ✓ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o





EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPESSOAL, LDA.

calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Fomos contratados para auditar as demonstrações orçamentais da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 2 695 490 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 1 845 856 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. Contudo, devido à matéria descrita no parágrafo seguinte, não obtivemos prova suficiente e apropriada para proporcionar uma base para uma opinião sobre estas demonstrações orçamentais.

Apesar dos esforços desenvolvidos pela Entidade, a NCP 26 ainda não se encontrava totalmente implementada, atendendo à complexidade que a mesma acarreta, não tendo sido possível, até esta data, obter a informação adequada e necessária para a verificação das demonstrações orçamentais.

Não emitimos uma opinião sobre as demonstrações orçamentais anexas. Devido à relevância das matérias referidas no parágrafo anterior, não obtivemos prova suficiente e apropriada que nos proporcionasse uma base para emitirmos uma opinião sobre as demonstrações orçamentais anexas.



EPF – ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, E.M. UNIPESSOAL, LDA.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção ‘Bases para a opinião com reservas’ do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras e exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção ‘Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares – Sobre as demonstrações orçamentais’, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 15 de abril de 2025

JÚLIO MARTINS & ALVES DA SILVA

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,
representada por

Alberto Manuel Alves da Silva Martins, R.O.C. nº 974
Registado na CMVM com o nº 20160591